



Ministro Tarso Genro (D) visita Arthur Virgílio em busca de entendimento entre governo e oposição

Apesar de acerto em favor dos estados exportadores, exame da lei orçamentária é adiado e governo anuncia edição de MP para investimentos

## Disputas regionais atrasam votação do Orçamento

PÁGINA 3

### Thomaz Bastos deve falar sobre quebra de sigilo

O ministro da Justiça é esperado pelos senadores para esclarecer envolvimento em suposta articulação para livrar Antonio Palocci de responsabilidade na quebra ilegal de sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.

PÁGINA 4

### cidadania

#### Diplomacia, suporte no exterior

Do atendimento a um cidadão brasileiro vítima de acidente em país estrangeiro à promoção de produtos nacionais no mercado externo, a diplomacia funciona como uma rede de apoio. Veja os principais serviços oferecidos.

PÁGINA 16

### e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

### HISTÓRIA

## Livro traça o mapa do tesouro de obras raras da Biblioteca do Senado

PÁGINAS 10 E 11



Carta geográfica de *O Tesouro dos Mapas*, integrante do acervo da biblioteca: 180 anos de história

### Aprovada no Senado, MP do Simples volta à Câmara

Numa sessão que bateu recorde, com 94 deliberações, o Senado modificou a medida provisória que cria diferentes níveis de alíquotas vinculadas ao faturamento das micro e pequenas empresas.

PÁGINA 9

### Fiscalizar, um verbo conjugado de Collor a Lula

No período posterior à Constituição de 1988, o Congresso exerce na plenitude um de seus principais papéis: a fiscalização dos atos do Executivo.

PÁGINA 12





gendagendaendagenagendaendagendaendagen

# Lei das cooperativas: confronto até o fim

Defensores das diferentes visões sobre o cooperativismo no Brasil não chegaram a um acordo para regulamentar as atividades do setor. Dessa forma, nesta quarta-feira, o presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), vai submeter a voto o relatório do senador Demostenes Torres (PFL-GO), que será confrontado por voto em separado apresentado pelos

senadores do PT.

O confronto não deve ser o último capítulo da discussão sobre como modernizar a legislação em torno do assunto, pois, caso o relatório seja acolhido na CRA, os senadores do PT, em minoria na comissão, já anunciam que vão recorrer. Assim, a proposição, além de ser analisada pelo Plenário, teria que passar por nova votação na Comissão de Justiça (CCJ).

A estruturação de um novo sistema cooperativista nacional é tema de três projetos de lei apresentados em 1999 – PLSs 171, 605 e 428, respectivamente de Osmar Dias (PDT-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP) e do então senador José Fogaça. Ao passo que adaptam a legislação atual, de 1971, à Constituição de 1988, as propostas têm visões até antagônicas da atividade.

Demostenes, como relator, sugere a aprovação do texto de Osmar Dias, que tem

o apoio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). Conforme a matéria, a OCB se transformaria na entidade oficial de representação do setor. Demostenes reconhece que os projetos são polêmicos e critica o governo por ter contribuído pouco para um acordo.

Confiante de que contará com o apoio da comissão, Osmar Dias defende a aprovação do relatório de Demostenes. Ele considera a solicitação de reexame da matéria pela CCJ uma manobra do PT para impedir a modernização das leis sobre o cooperativismo.

– Pedir nova análise da CCJ é a mesma coisa que dizer que não quer votar. É essa a impressão que eles vão passar ao cooperativismo nacional – observou.

Já Sibá Machado (PT-AC) critica a postura de Osmar Dias e da OCB, que não abrem mão da unicidade de representação.

– O antagonismo é muito grande. A visão da OCB, infelizmente, não dá nem para conversar mais. Eles afirmam que têm voto, e querem votar. Pela lei do mais forte, querem a proposta que interessa a eles – criticou o senador.



Relator, Demostenes acolhe projeto de Osmar, que unifica representação na OCB

## Audiência debate efeitos da gripe aviária

A gripe aviária, com seus desdobramentos na cadeia produtiva e seus efeitos negativos entre os empregados do setor avícola, será o tema da audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) fará nesta segunda-feira, às 10h.

O senador Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento para a realização da audiência, ressalta que, além de mortes aos milhares, há a ameaça de desemprego em massa pela possibilidade da diminuição das exportações

como reflexo do avanço da doença na Europa. No entanto, justifica o senador, o problema maior virá se faltarem por completo aves para o abate, pois as indústrias teriam de cessar o trabalho.

Movidos por essa preocupação, representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) estão reivindicando ao governo que o seguro-desemprego seja concedido aos trabalhadores demitidos em função da crise du-

rante todo o tempo que perdurar o problema.

Deverão participar da audiência pública os presidentes da Contag, Alberto Broch; da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Agroindústria e Cooperativas de Cereais (Contac), Siderlei de Oliveira; do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentícia de Concórdia (SC), Neuri Antônio Santhier; e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul, Altemir Tortelli.

### Presidência

## Renan: repasses bimestrais podem compensar perdas

O presidente do Senado, Renan Calheiros, apresentou aos governadores dos estados exportadores a sugestão de criação de uma comissão de acompanhamento do desempenho econômico do Brasil para, bimestralmente, transferir a estados e municípios repasses que cobrissem as perdas provocadas pela Lei Kandir.

A idéia foi bem aceita pelos governadores. Renan explicou a iniciativa que compensa a perda de recursos que os estados sofrem em razão da isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) conferida aos exportadores. A

idéia consiste em regulamentar mandamento constitucional que manda o Senado avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário nacional.

Renan acha que o Senado deve criar anualmente uma comissão temporária interna para, além de avaliar o sistema tributário, promover a equilibrada repartição das receitas tributárias entre os estados.

O senador ainda criticou a forma como o projeto de lei orçamentária chega ao Poder Legislativo, sem conhecimento prévio do texto por parte dos que vão decidir sobre a matéria.



O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Adylson Motta, entregou na segunda-feira passada ao presidente do Senado, Renan Calheiros, o relatório anual sobre as contas do governo. Renan disse que encaminhará o documento para ser examinado por uma comissão especial do Senado, procedimento que é uma operação de rotina.

### Ellen Gracie convida Renan para posse

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie, convidou pessoalmente o presidente do Senado, Renan Calheiros, para a solenidade de sua posse na Presidência do STF, que será realizada no próximo dia 27, às 16h. Ellen Gracie é a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra do STF e também a primeira a assumir o cargo de presidenta da instância máxima do Poder Judiciário.

### Comissões

#### SEGUNDA-FEIRA

##### 10h – DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

**Gripe aviária** – Audiência com representantes de sindicatos de trabalhadores do setor alimentício discutem os impactos econômicos de uma possível epidemia de gripe aviária no Brasil e na produção exportada.

#### TERÇA-FEIRA

##### 10h – INFRA-ESTRUTURA

**Indicações** – A comissão vota as indicações de Victor de Souza Martins, para a diretoria da Agência Nacional do Petróleo (ANP); e de Romeu Donizete Rufino e José Guilherme Silva Menezes Senna, para exercerem cargo de diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

#### 11h – EDUCAÇÃO

**Circos** – Projeto em discussão trata do registro dos circos perante o Ministério da Cultura e estabelece medidas de proteção aos animais circenses (PLS 397/03). **Autor:** senador Flávio Arns (PT-PR). **Relator:** senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

**Rádiodifusão** – Também estão na pauta projetos de decreto legislativo que tratam da outorga ou renovação de concessões do



Ministério das Comunicações para a exploração de serviços de rádio e TV.

#### 11h – CPI DOS BINGOS

**Administrativa** – Está prevista realização de reunião administrativa, para votar requerimentos e definir a agenda da CPI, que depende ainda do comparecimento do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ao Congresso.

#### QUINTA-FEIRA

##### 9h30 – ASSUNTOS SOCIAIS

**Aprendizes** – Proposta em análise quer garantir a conclusão do ensino médio pelos aprendizes, com a previsão de jornada de trabalho reduzida (PLC 49/05). **Autor:** deputada Ann Pontes (PMDB-PA). **Relator:** senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

### Plenário

#### SEGUNDA-FEIRA

##### 14h – Sessão não-deliberativa

#### TERÇA-FEIRA/QUARTA-FEIRA/QUINTA-FEIRA

##### 14h – Sessão deliberativa

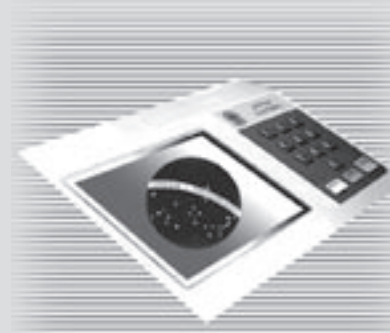
##### Eleições

- Nas sessões dos três dias está prevista a dis-

cussão, em primeiro turno, da proposta de emenda constitucional que exclui da regra da inelegibilidade os substitutos de chefes do Executivo que não permaneçam mais de 15 dias no cargo nos seis meses que antecedem às eleições (PEC 30/02). A idéia é não prejudicar presidentes do Congresso, das assembléias e câmaras legislativas, que são obrigados por lei a assumir os cargos executivos na ausência do titular. **Autor:** Paulo Souto (ex-senador) e outros. **Relator:** senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

#### SEXTA-FEIRA

**Feriado. Não há sessão.**





**ORÇAMENTO** Governadores garantem ressarcimento de R\$ 5,2 bilhões, mas impasse com o Executivo continua

JOSÉ CRUZ



O substitutivo do relator Carlito Merss ao Orçamento aguarda votação no Congresso em sessão prevista para esta terça-feira

# Acerto com estados não garante votação



Nem mesmo o acordo com os nove governadores que estiveram no Congresso na terça-feira passada para assegurar R\$ 1,8 bilhão no Orçamento deste ano foi capaz de superar os entraves entre oposição e governo. O líder do PFL, senador Agripino Maia (RN), sinalizou que não há qualquer garantia de que os dois lados se acertem para viabilizar a votação do projeto da lei orçamentária de 2006 nesta semana.

Os acertos sobre o ressarcimento aos estados exportadores no mesmo montante de 2005, de R\$ 5,2 bilhões, foram apenas uma etapa, segundo Agripino, dos acertos finais para aprovar o Orçamento. Existem pleitos localizados que podem atrapalhar as negociações. O relator, deputado Carlito Merss (PT-SC), contou mais de 70 pedidos e não esconde o pessimismo sobre a data de conclusão do Orçamento.

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), um dos principais articuladores do acordo com os governadores, revelou ao final da reunião entre o presidente do Senado, Renan Calheiros, e os líderes, na noite da última terça-

feira, o seu temor de uma nova avalanche de pedidos impossíveis de serem atendidos.

O PFL, por exemplo, insiste na concessão de um aval do Tesouro para liberar R\$ 90 milhões para a ponte que liga a capital sergipana, Aracaju, a Barra dos Coqueiros, para atender reivindicação do governador João Alves. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) quer reforçar recursos para projetos de irrigação em seu estado. E o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) quer que uma pessoa qualificada da Petrobras explique no Senado por que a estatal está refazendo a licitação para obras do gasoduto Coari-Manaus. A nota que lhe foi entregue mostra que a estatal pretende melhorar os preços oferecidos pelos três consórcios participantes.

O fato é que, ao ceder aos estados exportadores, o governo não conseguiu sua estratégia de realizar em seguida a sessão do Congresso, que acabou empurrada possivelmente para esta terça-feira, às 18h. Merss protestou, alegando que houve ruptura no acordo, porque apesar do adiamento da hora ainda havia sessão na Câmara quando o Ministério da Fazenda bateu martelo sobre os recursos para a chamada Lei Kandir. No Plenário do Congresso

só se vota por acordo, pois dada a necessidade de quórum elevado qualquer pedido de verificação derruba a sessão.

As desconfianças e as acusações mútuas entre opositores e governistas elevaram a temperatura a tal ponto que o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, desembarcou nos gabinetes das lideranças do PFL e do PSDB no Senado na última quarta-feira com a missão de reduzir as tensões no Congresso. O ministro informou que o governo editaria medida provisória (MP) para abrir créditos extraordinários e evitar a paralisação de ministérios.

O senador Romero Jucá (PMDB-RR), vice-líder do governo, já propôs que esse procedimento seja usado para liberar recursos de investimentos das estatais, parte integrante do Orçamento Geral da União, porque há obras com cronogramas em atraso.

A edição de uma nova MP para executar investimentos federais não é encarada pela oposição como manobra revanchista do governo. O líder do PFL não considerou que essa MP seja um novo óbice para viabilizar a votação do Orçamento. Até porque o governo já editou MPs para liberar mais de R\$ 2 bilhões de recursos orçamentários deste ano.

## Estados podem ingressar no Supremo para cobrar Lei Kandir

Ainda que o acordo para compensar as isenções nas exportações seja cumprido, os estados poderão entrar com ações no Supremo Tribunal Federal (STF) para recuperar perdas passadas, seguindo o que já fizeram Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Pará. Foi o que informou a coordenadora do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), Lina Vieira.

Só o Pará pede no STF um ressarcimento mínimo de R\$ 4,47 bilhões, conforme documento da Procuradoria Geral do estado. No conjunto, os prejuízos sofridos pelas unidades da Federação desde o

início da Lei Kandir, em 1996, até 2004 alcançariam os R\$ 100 bilhões, dos quais a União teria ressarcido apenas R\$ 39 bilhões, pelas estimativas que respaldam a ação ajuizada no mês passado.

A coordenadora do Confaz disse que o STF ainda não se pronunciou sobre as ações. No caso do Rio Grande do Norte, onde Lina é secretária de Tributação, a União pagou R\$ 25,3 milhões dos R\$ 92,8 milhões devolvidos aos exportadores no ano passado por meio das isenções do ICMS. Segundo Lina, a perda de receita compromete investimentos em áreas como educação e saúde.

## Sem mobilização de bancadas, acordo ameaça ruir

Apesar de ter sido sacramentado após dez horas de reuniões no Congresso e no Ministério da Fazenda, o acordo fechado com os governadores na última terça-feira para compensar isenções de ICMS nas exportações de produtos primários e semi-elaborados balançou no dia seguinte. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, declarou à imprensa que a proposta não seria mantida, diante da falta de acordo para votar o Orçamento no Congresso.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, que participou direta-

mente do acordo com os governadores, considerou a posição de Mantega como "politicamente injustificável". Na avaliação dele, os governadores cederam e foi possível avançar nas negociações sobre a Lei Kandir, mas havia outras questões com o PFL e o PSDB que precisavam ser resolvidas.

Renan advertiu que, sem acordo, o Orçamento só será aprovado no voto. "Para votar, precisamos ter quórum", alertou, ponderando que o Orçamento não deveria ser instrumento de disputa política. O ministro da Fazenda revelou a frustração do governo depois de

ter cedido ao pleito dos governadores e ter se comprometido a cortar R\$ 500 milhões nos gastos de custeio da máquina federal.

O deputado Carlito Merss (PT-SC), relator da proposta do Orçamento, também considerou que o acordo com os governadores ruiu depois que o governo constatou que eles não conseguiram mobilizar suas bancadas para votar o projeto de lei. O governo só estava disposto a conceder R\$ 1,8 bilhão para complementar os R\$ 3,4 bilhões já orçados se o acréscimo estivesse atrelado ao excesso de arrecadação.

J. FREITAS



Fernando Bezerra (E), em reunião com Renan Calheiros, explica a governadores e representantes empresariais proposta para compensar estados exportadores



**CRISE POLÍTICA** Reuniões de Márcio Thomaz Bastos com Palocci e advogado foram denunciadas por revista semanal

# Ministro da Justiça será ouvido esta semana



Acusado de envolvimento em uma articulação para acobertar a participação do ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci na violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, deverá dar explicações ao Senado esta semana.

– Nós combinamos com os líderes e até com o ministro a sua vinda para prestar esclarecimentos no Senado ou no Congresso. Mas a Câmara dos Deputados resolveu marcar um depoimento para esta terça-feira – informou o presidente do Senado, Renan Calheiros, aos senadores em Plenário na última quarta-feira.

Há ainda a possibilidade de uma sessão conjunta do Congresso Nacional, para audiência conjunta.

– Pode até ser, mas não abro mão de que ele seja ouvido pelos senadores, principalmente depois da tentativa espertinha de tentar vir ao Plenário na Semana da Páscoa, quando o quórum estava baixo – afirmou o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), autor do requerimento que convoca Thomaz

Bastos ao Senado.

Matéria publicada pela revista *Veja* aponta que Thomaz Bastos esteve na residência oficial do ex-ministro no dia 23 de março – sete dias após a quebra do sigilo bancário do caseiro – acompanhado do advogado criminalista Arnaldo Malheiros Filho. O encontro também teve a participação do ex-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Mattoso.

Além de tratarem de estratégia para livrar Palocci do episódio do sigilo, no encontro teria sido discutida a possibilidade de se pagar R\$ 1 milhão a um funcionário da Caixa que assumisse toda a responsabilidade pela violação, segundo a revista.

O ministro também foi envolvido no caso porque o secretário de Direito Econômico do seu ministério, Daniel Goldberg, estava na casa de Palocci quando foi entregue ao ministro o extrato do caseiro.

Goldberg e o chefe de gabinete de Bastos, Cláudio Alencar, disseram que o então ministro pediu que a Polícia Federal investigasse o caseiro com base em sua movimentação financeira “atípica”. Para



Bastos se ofereceu para esclarecer reunião na casa de Antonio Palocci

a Polícia Federal, no entanto, não havia o que investigar. Todos esses fatos seriam do conhecimento do ministro da Justiça, diz a revista.

Bastos tentou comparecer ao Plenário do Senado na semana passada, o que não aconteceu por falta de acordo.

Os senadores da CPI dos Bingos devem votar esta semana requerimentos que pedem a convocação de Goldberg e Alencar. José Jorge (PFL-PE) apresentou requerimento à CPI convocando o advogado Malheiros para depor.

## Só acareação esclarece, acredita Alvaro Dias

A contradição entre os depoimentos prestados à Polícia Federal pelo ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e pelo ex-presidente da Caixa Econômica Federal Jorge Mattoso levou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) a apresentar à CPI dos Bingos requerimento para acareação dos dois envolvidos na violação da quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa.

Três dias depois de divulgado o extrato bancário de Francenildo, os senadores Flávio Arns (PT-PR), Alvaro Dias e Wellington Salgado (PMDB-MG) estiveram no banco e ouviram do então presidente que uma sindicância apuraria o caso.

Dias depois funcionários da Caixa que participaram da operação confirmaram na PF que a ordem na instituição teria sido dada por Mattoso. O ex-presidente do banco acabou confirmando que entregou o extrato nas mãos de Palocci e agora já afirma que a ordem partiu do ex-ministro.

Palocci negou qualquer envolvimento na operação, embora tenha admitido que recebeu os documentos de Jorge Mattoso.

– Vários pontos do depoimento prestado pelo ex-ministro à Polícia Federal divergem da

versão apresentada por Jorge Mattoso, o que torna de fundamental importância a realização de uma acareação para que seja apurada a responsabilidade na violação do sigilo – justifica Alvaro Dias.

O caseiro confirmou ter visto Palocci de “dez a 20 vezes” em mansão no Lago Sul onde eram realizadas reuniões pelo grupo da chamada “república de Ribeirão Preto”, composto por ex-assessores de Palocci.

Sindicância da Caixa Econômica Federal isentou de culpa os funcionários de carreira que tiveram de entrar no sistema do banco para obter informações da conta do caseiro.



Para Alvaro Dias, acareação é essencial para apurar as responsabilidades no crime

## Senadores criticam Petrobras por escolher Duda Mendonça

Ao participar da audiência pública com o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, nas comissões de Educação (CE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI), o senador César Borges (PFL-BA) questionou a escolha do publicitário Duda Mendonça para elaborar a campanha de divulgação da auto-suficiência brasileira em petróleo, a ser veiculada pela empresa.

Para o senador, a campanha, orçada em R\$ 40 milhões, deveria ter sido objeto de licitação especial e não de mero aditamento ao contrato de publicidade que a Petrobras já tinha com Duda Mendonça.

Gabrielli afirmou que o publicitário ainda não foi condenado pelo Poder Judiciário e que, portanto, não caberia à Petrobras promover julgamento ou condenação política. Ele lembrou, ainda, que as empresas do publicitário são muito competentes do ponto de vista técnico.

Borges considerou “estranho” o fato de a Petrobras ter mantido, e até ampliado, seu contrato, já que o governo Luiz Inácio Lula da Silva promoveu o cancelamento de todos os contratos de publicidade com as empresas de Duda Mendonça.

– Acredito que esse seja o preço do silêncio de Duda, que já ameaçou falar o que sabe sobre o governo Lula – observou o senador.

Já o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) perguntou se a campanha da Petrobras esclarecerá que a auto-suficiência brasileira culmina um processo que recebeu grande impulso com a quebra do monopólio estatal de petróleo, votada pelo Congresso Nacional durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

– A quebra do monopólio permitiu um crescimento de 125% na produção de petróleo entre 1998 e 2002, fato que permitia

prever que, entre 2004 e 2005, a Petrobras atingiria a auto-suficiência. Até demorou mais do que o previsto, uma vez que o aumento da produção de petróleo, nos três anos do governo Lula, foi de apenas 12,7% – afirmou Tourinho.

O presidente da Petrobras comentou que é difícil comparar aumento de produção de petróleo entre governos, porque esse é um dado que cresce aos saltos, dependendo de descoberta de novos campos de petróleo. Garantiu, no entanto, que a campanha publicitária deixará claro que a auto-suficiência representa uma conquista de 50 anos de trabalho contínuo da Petrobras e de seus funcionários, dos sucessivos governos e da sociedade brasileira.

José Gabrielli lembrou, ainda, que a tecnologia de produção de petróleo em águas profundas, atividade em que a Petrobras é empresa líder no mundo, começou há muitos anos e foi determinante para o aumento progressivo da produção de petróleo. Na bacia de Campos (RJ), por exemplo, a estatal está extraindo petróleo a mais de 5 mil metros de profundidade, segundo informações de Gabrielli.

Também participaram da audiência a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e os senadores Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

## Anúncios não terão cunho eleitoreiro, promete Gabrielli

Em resposta ao senador José Jorge (PFL-PE), o presidente da Petrobras, José Gabrielli, garantiu que a campanha de auto-suficiência do petróleo não terá objetivos eleitoreiros. Ele acrescentou ainda que a empresa nunca negou a competência do publicitário Duda Mendonça, cuja agência é uma das três responsáveis pelo projeto.

Gabrielli também disse que há “divergências antigas” entre a estatal e o Tribunal de Contas da União (TCU) no que se refere à renovação de contratos de publicidade sem licitação, a exemplo de aditivo recente firmado entre a Petrobras e a empresa de Duda Mendonça. José Jorge insistiu em que o aditamento estaria acima dos 25% do valor do contrato original permitidos pela legislação.

Gabrielli explicou que o valor total da campanha, orçada em aproximadamente R\$ 40 milhões, não constitui “nada de

extraordinário”, pois o governo anterior teria consumido cerca de R\$ 50 milhões, em valores atuais, em ações de publicidade sobre a crise energética vivida pelo país em 2001. O presidente da Petrobras eximiu a estatal de qualquer responsabilidade por supostas irregularidades no contrato firmado com a empresa GDK para a construção de plataformas marítimas. Segundo ele, a empresa só irá manifestar-se sobre o caso após o pronunciamento final do TCU.

Gabrielli reiterou na audiência pública conjunta que a campanha publicitária destacará a capacitação técnica alcançada pela estatal ao longo de 53 anos, sem a inclusão de personagens famosos ou autoridades do mundo político. Segundo ele, o país produz atualmente 1,9 milhão de barris de petróleo por dia para suprir uma demanda diária de 1,8 milhão de barris.

– A Petrobras é motivo de orgulho e a campanha vai destacar o povo brasileiro, sem a participação de personalidades. Ela vai mostrar a importância do petróleo como a maior fonte de energia e que o produto não se resume a gasolina e óleo diesel. Ela vai mostrar uma vitória do Brasil, um dos poucos países auto-suficientes na produção de petróleo no mundo – destacou Gabrielli

O dirigente da Petrobras informou que a auto-suficiência será reforçada com a inauguração, em meados deste ano, da plataforma P-50, localizada na bacia de Campos (RJ), com a entrada em operação, em 2011, de uma refinaria da estatal situada em Pernambuco, e de um complexo petroquímico instalado no Rio de Janeiro.



Gabrielli (D), ao lado do senador Gerson Camata, garante que a campanha ressaltará esforço de 50 anos pela auto-suficiência



**CRISE POLÍTICA** Antes de receber o relatório da CPI, o Ministério Público encaminhou resultado de investigações ao STF

# MP confirma relatório da CPI dos Correios



O Ministério Público (MP) se adiantou à CPI dos Correios. Antes mesmo de receber o relatório final da comissão, entregue na última terça-feira, o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, encaminhou ao Supremo Tribunal Federal (STF) o resultado de parte das investigações do MP. O procurador denunciou ao Supremo os ex-dirigentes petistas José Genoíno, Delúbio Soares e Sílvio Pereira; os ex-ministros Luiz Gushiken e José Dirceu; a cúpula do Banco Rural; parlamentares ligados aos repasses do valerioduto; e o publicitário Duda Mendonça. Todos eles compõem a lista de "indiciáveis" do relatório aprovado pela CPI.

Essa não é a única coincidência entre os resultados do MP e da

CPI. A explicação dada pelo procurador sobre o valerioduto também segue o raciocínio do relator Osmar Serraglio (PMDB-PR), de que o esquema foi um jogo de interesses entre três grupos: os dirigentes petistas – "núcleo principal da quadrilha", que "seguia um projeto de poder"; Marcos Valério e seus sócios, "em busca de enriquecimento"; e as instituições bancárias, especialmente o Banco Rural, que também "buscavam lucrar" com o caso. Outra semelhança com as investigações parlamentares é o fato de o MP também ter chegado à conclusão de que houve compra de apoio parlamentar no Congresso, ou seja, considera verdadeiras as denúncias de mensalão feitas pelo deputado cassado Roberto Jefferson.

Membros da CPI comemoraram as similaridades entre os dois textos, e os argumentos dos parlamentares insatisfeitos com

o teor do documento de Serraglio, especialmente a bancada governista, diminuíram. Segundo Antonio Fernando de Souza, as denúncias do MP chegaram ao STF no dia 30 de março, mas só foram divulgadas depois do final da CPI para não influenciar o trabalho dos parlamentares.

Os senadores César Borges (PFL-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN) elogiaram a denúncia apresentada pelo Ministério Público contra os envolvidos no "escândalo do mensalão". A apresentação das denúncias pelo MP é o primeiro passo para a possível punição dos envolvidos, que serão julgados pelos 11 ministros do STF, onde tramita o processo.

## Seguem investigações sobre eleições de 1998

O procurador afirmou que as investigações do MP sobre o esquema de corrupção ainda não



O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, enviou ao STF denúncia contra envolvidos no valerioduto

acabaram. Está em análise um inquérito sobre os empréstimos que financiaram eleições estaduais de Minas Gerais em 1998, o chamado "valerioduto tucano". Também não foi totalmente esclarecido o papel dos bancos no esquema, assim como a origem do dinheiro e o total repassado por Valério a políticos.

– O material colhido pela CPI

certamente responsabilizará muitos outros não alcançados nesta primeira parte da denúncia encaminhada ao STF – disse Antonio Fernando de Souza.

O relatório final da comissão também foi encaminhado à Receita Federal, à Polícia Federal e ao Tribunal de Contas da União (TCU), para continuidade das investigações.

## PT também enviará sua versão

Segundo a liderança do PT no Senado, o partido deve enviar ao Ministério Público (MP), em data a ser definida no começo desta semana, os pontos de discordância que tem em relação ao relatório da CPI dos Correios.

O relatório final, elaborado pelo deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), foi entregue na segunda-feira passada ao presiden-

te do Senado, Renan Calheiros.

Após receber o documento, Renan anunciou o arquivamento do recurso apresentado pelo PT que pedia uma nova votação do relatório final, sob a alegação de que o presidente da CPI, Delcídio Amaral (PT-MS), descumpriu o regimento ao impedir a discussão das alterações promovidas pelo relator.

– Encaminhei o relatório à publicação e considero prejudicado o recurso do PT, porque se encerrou oficialmente o prazo da CPI, criada em 25 de maio de 2005. Ao aprovar o relatório, a comissão cumpriu o seu objetivo constitucional – afirmou Renan.

Cabe agora ao MP, à Polícia Federal e ao TCU dar prosseguimento aos processos.

## Disputas políticas são comuns no desfecho de CPIs

As disputas que marcaram o desfecho da CPI dos Correios são a regra no Congresso, não a exceção. A maior parte das comissões parlamentares de inquérito acaba aprovando um relatório com a conclusão das investigações, mas só depois de debates acalorados sobre o teor do documento final.

Em 1999, a CPI do Sistema Financeiro teve o relatório final aprovado, mas levou alguns integrantes da comissão a se declararem descontentes com o documento.

Eles questionavam o fato de o então ministro da Fazenda, Pedro Malan, não ter sido convidado a dar explicações sobre operações suspeitas executadas pelo Banco Central.

Já a CPI da Exploração Sexual, em 2004, foi palco de uma disputa em torno da proposta da relatora, deputada Maria do Rosário (PT-RS), de recomendar ao Ministério Público o indiciamento de 250

peçoas.

Entre as CPIs mais atribuladas dos últimos anos, destaca-se ainda a do Banestado. Autor de voto em separado ao relatório do deputado José Mentor (PT-SP), o presidente da comissão, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), declarou encerrados os

trabalhos em dezembro de 2004 sem que um texto final fosse aprovado.

O mais recente caso foi o da CPI do Mensalão, criada após a CPI dos Correios e encerrada quatro meses depois, em novembro de 2005, sem a aprovação de um relatório final.



Renan Calheiros (C) recebe relatório final das mãos do presidente da CPI, Delcídio Amaral, e do relator, deputado Osmar Serraglio (D)

## Comissão vai tentar garantir aprovação de projetos

Para evitar que as propostas legislativas apresentadas pela CPI dos Correios tenham como destino o arquivamento, como em CPIs passadas, o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) anunciou a criação de uma comissão para acompanhar a tramitação dos projetos e garantir que eles virem lei no próximo ano. O requerimento que cria a comissão já foi encaminhado à Mesa do Congresso, e deve ser lido nas próximas sessões conjuntas da Câmara e do Senado.

Em média 10% dos projetos apresentados por CPIs conseguem a aprovação pelo Congresso. O esvaziamento da discussão política com o fim da comissão de inquérito é um dos principais fatores atribuídos ao número pequeno de propostas aprovadas.

Com o acompanhamento da comissão, opinou Onyx, a CPI dos Correios tem "plenas chances" de emplacar as suas sugestões legais. Entre elas, o deputado destacou a criação do Sistema Nacional de Combate à Corrupção, órgão que vai articular e divulgar informações entre as instâncias investigativas do país, como os tribunais de Contas, o Ministério Público, a Controladoria

Geral da União, o Banco Central, a Receita Federal, entre outros. A falta de integração entre os órgãos de investigação foi a crítica mais recorrente entre os especialistas ouvidos pela Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, liderada por Lorenzoni.

## TSE tenta coibir caixa dois nestas eleições

Mesmo que não consiga tornar seus projetos realidade, a CPI dos Correios já acumula alguns resultados práticos e mudanças normativas. Além das muitas pessoas afastadas de seus cargos por envolvimento nos escândalos, as denúncias de financiamento ilegal de campanhas levaram o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a endurecer as normas para coibir o caixa dois.

Nas eleições de outubro, só serão aceitas doações de campanha por meio de cheques ou transferência bancária, para que a origem do dinheiro possa ser comprovada. O candidato também será responsável pela prestação de contas da campanha e o TSE ainda prometeu maior rigidez na fiscalização dos gastos da campanha deste ano.

## Jairo Carneiro é o novo relator do processo de cassação de José Janene no Conselho de Ética

O deputado Jairo Carneiro (PFL-BA) foi escolhido na quarta-feira passada, por sorteio, para relatar no Conselho de Ética da Câmara o processo de cassação do deputado José Janene (PP-PR), acusado de ter se beneficiado do esquema do mensalão. Carneiro substituiu a deputada Angela Guadagnin (PT-SP), afastada do conselho para responder representação na Corregedoria da Câmara.

Também na quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Câmara encerrou sua reunião, por falta de quórum, sem tomar uma decisão sobre a continuidade do processo contra Janene no Conselho de Ética, caso ele seja aposentado por invalidez. Uma consulta nesse sentido foi feita à CCJ pelo presidente da Câmara, Aldo Rebelo. Janene pleiteou a aposentadoria munido

de laudos médicos que atestam que ele tem problemas de saúde.

Chegou a ocorrer na reunião de quarta-feira a votação do parecer do deputado Antonio Carlos Biscoia (PT-RJ), que recomenda a continuidade do processo de cassação de Janene mesmo em caso de aposentadoria. Foram registrados 25 votos – 23 votos a favor e 2 contra o relatório –, mas seriam necessários 31

para que a votação tivesse valor, e por isso a reunião foi encerrada.

O assunto deverá ser decidido em reunião da comissão marcada para esta terça-feira, às 15h.

Nesta terça-feira, será lido o relatório do deputado José Carlos Araújo (PL-BA) sobre o processo contra o deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS). A representação contra o parlamentar foi proposta pelo PT.



## COMISSÕES

# Investigações acirram crise, diz Agripino

O senador José Agripino (PFL-RN) comentou a decisão do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, de apresentar denúncia ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra 40 pessoas envolvidas com o mensalão.

– Com o descaso do governo em relação à probidade, à decência e à verdade, não estamos longe de uma crise institucional e ela não acontecerá por provocação da oposição, mas pelo aprofundamento das investigações – opinou.

Na avaliação do senador potiguar, o prosseguimento das investigações da CPI dos Bingos, o pedido da quebra do sigilo bancário do presidente do Sebrae, Paulo Okamoto (sobre quem paira suspeita de ter utilizado dinheiro irregular para pagar contas do presidente Lula), o

depoimento do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, no Congresso Nacional, e o próprio desdobramento do trabalho do Ministério Público poderão trazer novidades.

– Pode ser que surja um nome mais importante do que os dos ministros Márcio Thomaz Bastos e Antonio Palocci. Talvez nessa hora o sentimento de responsabilidade do brasileiro tenha que funcionar para preservar as instituições. Doa a quem doer, os culpados vão ter que pagar o preço. O pior dos mundos é a impunidade. Estaremos prontos para fazer a nossa parte – afirmou José Agripino.

O senador Jefferson Péres (PDT-



ROOSEVELT PINHEIRO

**Agripino diz que brasileiro precisará ter responsabilidade e preservar instituições**

AM) destacou que o Ministério Público Federal chegou às suas conclusões a partir de investigações próprias, e Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que o procurador-geral entregou relatório ao STF antes de receber as conclusões da CPI dos Correios.

## Jefferson acha gravíssima a denúncia do MP

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) considerou um “fato gravíssimo” a denúncia de 40 pessoas encaminhada ao STF pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. Essas pessoas são acusadas de integrarem uma quadrilha dedicada à compra de apoio político de parlamentares a iniciativas de interesse do PT e do governo Lula. O esquema seria comandado pelo ex-ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da

República José Dirceu e envolveria petistas ilustres, como José Genoíno, Delúbio Soares, Luiz Gushiken e Sílvio Pereira.

– O suborno era institucionalizado e chefiado pelo Palácio do Planalto – afirmou Jefferson Péres.

O senador reconhece que a denúncia do procurador-geral não confirma a realização de pagamentos mensais, mas de suborno a parlamentares. O senador rechaça qualquer descrédito em

relação à acusação.

– Ela foi feita por um homem respeitadíssimo, isento. É impossível acusá-lo de ser leviano ou de estar a serviço da oposição.

Para o senador, embora existam motivos para um pedido de *impeachment*, isso faria o presidente se dizer “vítima da oposição”. De qualquer forma, “nem a Velhinha de Taubaté [personagem de Luís Fernando Veríssimo] poderia acreditar que o presidente Lula não sabia dos desvios”.

## Almeida Lima propõe CPI para investigar violação de sigilo

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) anunciou que está colhendo assinaturas para a criação de uma CPI destinada a apurar denúncias sobre a violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo Costa e sobre as relações financeiras entre o presidente Lula e o diretor do Sebrae, Paulo Okamoto. Almeida Lima antecipou que está próximo de conseguir as 27 assinaturas necessárias para a instalação de um colegiado composto por 15 senadores.

O autor da proposta pretende que sejam apuradas ainda a denúncia da doação de R\$ 15 milhões da empresa telefônica Telemar à empresa Gamecorp, de Fabio Luiz Lula da Silva – filho do presidente da República – e também o suposto tráfico de influência do irmão de Lula, Genival Inácio da Silva (Vavá), nas estatais. Almeida Lima criticou a senadora e líder do PT, Ideli Salvatti (SC), que, para ele, “não aceita críticas ao governo e procede de maneira antidemocrática no Plenário”. A parlamentar negou a Almeida Lima um aparte, durante o pronunciamento dela.

## Ideli critica suposta “utilização eleitoreira” de acusações

A líder do PT, Ideli Salvatti (SC), criticou a suposta “utilização eleitoreira” da denúncia do procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, que pede a abertura de processo contra 40 pessoas apontadas como envolvidas no chamado esquema do mensalão.

Ideli classificou a denúncia como “dura e pesada”, mas observou que isso demonstra que as instituições estão funcionando mesmo em meio à crise política. Ela disse ter estranhado o acolhimento, pelo relator, Osmar Serraglio (PMDB-PR), de parte do voto em separado apresentado pelo PT, propondo o indiciamento de Daniel Dantas, do Banco Opportunity, e de Carla Cico, ex-presidente da Brasil Telecom. Segundo Ideli, o pedido não foi submetido a voto no dia da aprovação do relatório final.



Ideli Salvatti

## Sibá: instituições investigam com total liberdade

O senador Sibá Machado (PT-AC) sustentou em discurso que as 40 denúncias feitas pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, ao Supremo Tribunal Federal, incluindo nomes de envolvidos no mensalão, são uma prova “de que neste governo as instituições investigam com total

liberdade”. Ele lembrou que a Polícia Federal já chegou a ser acusada pelas oposições de agir em nome do interesse do governo.

Sibá explicou que a intenção do PT, ao apresentar votos em separado na CPI dos Correios, era evitar “o que todo mundo sabe: nomes que aparecem em

relatórios de CPIs, se não recebem elogios, estarão condenados perante a opinião pública”, depois que o assunto chega à mídia. Por isso, o PT preparou os votos em separado, que acabaram não sendo votados, para retirar nomes de pessoas contra as quais entendia não existirem provas de atos ilegais.

## Deputados contestam Jornal do Senado

O deputado Nilton Baiano (PP-ES) protestou junto ao presidente do Senado, Renan Calheiros, contra a citação de seu nome em matéria sobre as conclusões dos trabalhos da CPI dos Correios, publicada

na edição semanal de 10 a 16 de abril do **Jornal do Senado**. O líder do PP, deputado Mário Negromonte, também enviou carta em que contesta a matéria. Abaixo, a íntegra das duas correspondências.

### Carta de Nilton Baiano

“Senhor Presidente,

A reportagem “Envolvidos no escândalo não aparecem no relatório final”, veiculada no jornal do Senado, edição semanal de 10 a 16 de abril de 2006, não corresponde e fere os procedimentos jornalísticos éticos. Trata-se de um texto especulativo e tendencioso que julga e condena sem provas cabíveis.

Sou citado na reportagem como um deputado ligado às corretoras que negociaram com os fundos de pensão. O fato de o meu assessor ter prestado uma consultoria de marketing para Euro Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários não implicou ou implica, na minha participação naquela transação profissional. Por minha determinação, o senhor Renato Paoliello, meu assessor de imprensa, apresentou ao Relator da CPI os documentos que comprovam a lisura de sua atividade profissional prestada naquela empresa.

O jornal do Senado, infelizmente, se presta ao trabalho

de juiz e carrasco, quando, na luz do direito e da justiça o assunto fora esclarecido e avaliado dentro da ética e da responsabilidade pela Comissão Parlamentar de Inquérito que durante meses investigou o chamado Mensalão.

É lamentável que o veículo de informação “oficial” do Senado da República se preste a divulgar informações levianas, ensejadoras de ação de reparação de danos morais, como em caso.

Solicito, portanto, que esta Presidência do Senado Federal determine que a referida nota seja devidamente retificada, restabelecendo a verdade.

Concluo afirmando que não conheço nenhum diretor da Euro e de nenhuma outra corretora. Informo que não sou ligado a nenhuma corretora investigada pela CPI dos Correios, assim, o meu nome não teria motivos para ser citado neste documento e muito menos na reportagem.

Atenciosamente,

Nilton Baiano

Deputado Federal”

### Carta de Mário Negromonte

“Senhor Presidente,

Fui surpreendido pela matéria publicada no Jornal do Senado, edição 2.351/75, veiculada de 10 a 16 de abril “CPI DOS CORREIOS TERMINA SOB PROTESTO”, cujo box traz uma foto do Deputado Nilton Baiano com o sub-título “Envolvidos no escândalo não aparecem no relatório final”.

O digníssimo relator da CPMI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, conduziu os trabalhos de forma a investigar todas as denúncias apresentadas e concluiu que as denúncias que envolviam um assessor do deputado Nilton Baiano não foram comprovadas e, portanto, não mereceram ser citadas no relatório final da Comissão.

Não cabe a um órgão de imprensa oficial, que atende uma das Casas do Parlamento, comprometer um deputado

desta forma, publicando uma acusação infundada, dando destaque com foto, em pleno ano eleitoral em que cada acusação levada à mídia será explorada pelos adversários durante a campanha.

Venho indignado pedir que Vossa Excelência tome as providências em relação a este episódio que avalio como de grande desconsideração não só com a pessoa do deputado Nilton Baiano mas também com a Câmara dos Deputados como instituição uma vez que questiona a idoneidade do relatório do eminente deputado Osmar Serraglio.

Com grande estima e apreço, certo de que Vossa Excelência compartilha de minha preocupação, aguardo as providências.

Deputado Mário Negromonte  
Líder do PP”

## Deus iluminou o procurador, diz Mão Santa

Mão Santa (PMDB-PI) afirmou na última quarta-feira que o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, “foi iluminado por Deus justamente numa Semana Santa”, por ter enviado ao Supremo Tribunal Federal denúncias contra 40 pessoas, entre parlamentares, empresários, banqueiros e outros acusados de envolvimento com o esquema do mensalão. Alguns

denunciados são ligados ao PT e ao governo federal.

Para o senador, o procurador honrou o nome do Ministério Público, não se curvando a pressões políticas que poderiam influir na investigação. Ele lembrou que, durante seu governo no Piauí, jovens procuradores também souberam conduzir com imparcialidade e presteza inquéritos de interesse do tesouro estadual.



## PLENÁRIO

CÉLIO AZEVEDO



O senador Pedro Simon recebeu em seu gabinete funcionários da Varig, que buscavam apoio para a superação da crise vivida pela companhia. Simon participou, com Eduardo Suplicy, de marcha realizada pelos servidores na Esplanada dos Ministérios e defendeu

a ajuda do governo para evitar o fechamento da Varig. Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo e Jefferson Péres também pediram empenho do Executivo e destacaram que o fim da empresa, além de gerar desemprego, trará grande perda para a imagem do Brasil no exterior.

### Zambiasi anuncia manifestação de calçadistas do RS

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) afirmou que o setor coureiro-calçadista e outros setores produtivos do Rio Grande do Sul vêm sendo prejudicados – especialmente em suas exportações – pelas altas taxas de juros e pela valorização do real frente ao dólar.

As previsões, segundo ele, são de que o país deixará de exportar 30 milhões de pares e perderá 25 mil empregos diretos neste ano.

Zambiasi anunciou que, em 10 de maio, 2 mil sapateiros desempregados farão uma manifestação em Brasília.

### Heloísa faz reflexão sobre a humildade de Jesus Cristo

Numa reflexão a propósito da Páscoa, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) exaltou a figura de Jesus Cristo como modelo de humildade, esperança e combatividade em seus diversos enfrentamentos às normas e tradições, propondo aos parlamentares que também reflitam sobre seu exemplo.

A senadora lembrou episódios da vida de Jesus, como a expulsão dos chamados vendedores do Templo, e demonstrações de humildade, como a que inspirou a cerimônia do lava-pés. Na cruz, disse Heloísa, Jesus teria dado provas de sua humanidade ao indagar: “Pai, por que me abandonaste?”.

### Recursos para a cultura de arroz têm crescido ano a ano

Ao abordar a crise na produção de arroz no Rio Grande do Sul, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que o governo Lula não pode ser responsabilizado pelos problemas do setor, pois, segundo ele, os recursos para a rizicultura vêm crescendo anualmente.

O senador gaúcho destacou a quase duplicação das verbas destinadas a custeio da safra entre 2002 e 2005, passando de R\$ 391 milhões para R\$ 770 milhões. Ele lembrou também que no mesmo período os recursos para a comercialização da safra subiram de R\$ 177,7 milhões para R\$ 281,3 milhões.

### Suplicy lembra 30 anos da morte da estilista Zuzu Angel

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) prestou uma homenagem na última quarta-feira à memória da estilista Zuzu Angel, morta em um suposto acidente automobilístico, em 14 de abril de 1976. As circunstâncias da morte de Zuzu – mãe do preso político Stuart Angel Jones, assassinado pela ditadura militar em 1971 – não estão esclarecidas até hoje. Após a morte de seu filho na Base Aérea do Galeão, Zuzu começou a promover desfiles de moda internacionais nos quais protestava contra a ditadura e seus métodos violentos.

Suplicy também homenageou o grupo Tortura Nunca Mais.

# Congresso homenageia Michelle Bachelet

A presidenta do Chile, Michelle Bachelet, em visita oficial ao Brasil, foi homenageada em sessão solene do Congresso Nacional, na terça-feira. Em seu discurso, a presidenta enfatizou as semelhanças entre seu país e o Brasil e defendeu o trabalho conjunto em favor da integração das nações da América do Sul e do Caribe. Entre as ações concretas, ela sugeriu a busca de uma solução energética comum. Bachelet disse que o Chile tem uma democracia consolidada e vive um forte processo de mudança cultural.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou que o Chile sempre mereceu lugar especial na política externa brasileira e elogiou o governo de Bachelet, que “inova ao priorizar um intenso combate à desigualdade social”. Renan também informou que, dos 44 tratados internacionais que o Congresso aprovou em

2005, nove envolvem o Chile.

O presidente da Câmara, Aldo Rebelo, expressou confiança de que o Chile, o Brasil e outros países da América Latina possam estabelecer relações equilibradas e democráticas.

– O exemplo do Chile é fundamental para a unidade da América do Sul em torno de um projeto de sociedade harmônica, generosa e fraterna – declarou.

Autor do requerimento para a homenagem, Jefferson Péres (PDT-AM) destacou o relacionamento cordial entre os dois países e o passado marcado por semelhanças, como nas crises políticas que cercaram os presidentes Getúlio Vargas, no Brasil, e Salvador Allende, no Chile.

Antes da sessão solene do Congresso, Michelle Ba-

chelet recebeu o título de doutora *honoris causa* da Universidade de Brasília e participou de reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A presidenta do Chile reafirmou a disposição de apoiar o Brasil em sua luta para ocupar uma vaga no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Ela lembrou ainda o papel fundamental e estratégico que o Brasil tem na integração da América do Sul e do Caribe.

Bachelet defendeu o estreitamento da relação bilateral na busca de um continente mais integrado e mais justo.



ROOSEVELT PINHEIRO

Primeira mulher a presidir o Chile, Bachelet defende maior integração com o Brasil

## Renan quer Chile como membro pleno do Mercosul

Ao se pronunciar na sessão solene do Congresso em homenagem a Michelle Bachelet, Renan Calheiros manifestou esperança no fortalecimento e na consolidação de uma aliança renovada entre Brasil e Chile, que terá a força de um impulso decisivo na integração sul-americana.

O presidente do Senado observou que, na primeira década do século 20, o Barão do Rio Branco concebeu um pacto tripartite que uniria, em 1915, a Argentina, o Brasil e o Chile, num entendimento cooperativo e cordial com vistas a promover a paz e a amizade no sul do continente.

– Nesse processo de integração sul-americana, esperamos que o Chile, em futuro não

muito distante, se torne também membro pleno do Mercosul, ao qual já é associado – afirmou.

Renan Calheiros manifestou também o desejo de que o Chile venha a integrar o Parlamento do Mercosul.

Ele exaltou a trajetória de Bachelet, marcada pela lealdade aos ideais democráticos, e assinalou que sua liderança não está moldada apenas em suas convicções, mas principalmente na tolerância e no afeto.

O presidente do Senado classificou como “invejável” a taxa de crescimento econômico do Chile (cerca de 8% ao ano) e destacou que o país apresenta os melhores

índices de redução da pobreza na América Latina.

Ao saudar Michelle Bachelet, o presidente da Câmara, Aldo Rebelo, ressaltou que a eleição de uma mulher para o mais alto cargo executivo consolida a democracia no Chile e traduz um avanço na marcha por uma maior participação feminina na vida política sul-americana.

Serys Slhessarenko (PT-MT) comemorou a visita da presidenta do Chile ao Congresso e lembrou as semelhanças das políticas sociais implementadas pelos governos Bachelet e Lula.

## Governo Lula discrimina a Bahia, afirma César Borges

César Borges (PFL-BA) acusou o governo Lula de discriminar o estado da Bahia, principalmente em termos de investimentos no sistema de transportes. Ele destacou que, nos últimos três anos, enquanto o Brasil cresceu 7,7%, a Bahia, mesmo sem apoio federal, cresceu 17,5%.

– O que a Bahia fez ao presidente Lula para merecer isso? Ele teve uma votação estrondosa dos baianos – questionou.

O senador citou como exemplo do descaso a BR-101, que liga o Nordeste ao Sul, que está sendo recuperada em vários estados, “mas, quando chega na

Bahia, não existem obras”.

Ele mencionou ainda o projeto do gasoduto que ligará o Sudeste ao Nordeste, que está parado. Também o sistema portuário do estado precisa de investimentos urgentes, afirmou César Borges, para suportar “o crescimento da economia do estado”.

**POSSE** - Ao registrar a posse do presidente do STJ, ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, e do seu vice, Francisco Peçanha Martins, ocorrida no dia 5 de abril, Marco Maciel (PFL-PE) pediu à Câmara que aprecie a PEC 385/05, já aprovada pelo Senado, que conclui a reforma do Judiciário estabelecendo critérios para a admissão de recursos no STJ.

**RONDÔNIA** - Amir Lando (PMDB-RO) destacou o empenho da bancada de Rondônia no Congresso em buscar investimentos federais para recuperação das BRs 421 e 429, que estariam intransitáveis em função de chuvas. Lando rebateu acusação do governador de Rondônia, Ivo Cassol, que teria responsabilizado os parlamentares pela precariedade das rodovias.

**PACOTE** - O senador Aelton Freitas (PL-MG) elogiou o pacote agrícola anunciado pelo governo como salvação para o setor do agronegócio. As medidas prevêem investimentos de R\$ 14,5 bilhões, que serão destinados principalmente ao custeio e comercialização de safras e empréstimos para o pagamento de dívidas de agricultores.

**MASSACRE** - Ana Júlia Carepa (PT-PA) relembrou o assassinato, em Eldorado dos Carajás, de trabalhadores sem-terra pela Polícia Militar do Pará ocorrido há 10 anos. No episódio, considerado o maior massacre fundiário da história do Brasil, 19 membros do MST foram mortos. Ana Júlia criticou a falta de punição para os responsáveis pelo massacre.

**GASODUTO** - Arthur Virgílio (PSDB-AM) defendeu a construção do gasoduto Urucu-Coari-Manaus, que ligará a reserva de Urucu - de onde se extrai óleo e gás - à cidade de Manaus. “O gasoduto é a solução para o abastecimento energético da Amazônia”, disse, mas ainda não se tornou realidade “devido ao descaso do governo Lula”.

**CRÍTICA** - Heráclito Fortes (PFL-PI) rebateu acusações feitas pelo governador do Piauí, Wellington Dias (PT), que teria culpado a oposição pelo atraso na votação do Orçamento de 2006. O atraso, disse, ocorreu por incapacidade do governo Lula em negociar com os governadores o ressarcimento previsto pela Lei Kandir aos estados exportadores.



## COMISSÕES

# Polêmica sobre cessão de dívida de município

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) está sendo pressionada para votar logo o projeto que autoriza a cobrança da dívida ativa dos municípios por intermédio de instituições financeiras. Foi o que afirmou o presidente da CAE, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), que considerou polêmica a matéria. A proposta foi discutida pelo colegiado na semana passada e será votada nesta terça-feira, informou Luiz Otávio. Os senadores que defendem a matéria dizem que os municípios serão beneficiados. Os que são contra temem o comprometimento da receita corrente e a volta das antecipações de receitas orçamentárias (Aros).

De acordo com o projeto (PRS 57/03), já examinado pela Comissão de Justiça (CCJ), os estados, o DF e os municípios poderão ceder a instituições financeiras sua dívida ativa consolidada para cobrança por endosso-mandato, mediante a antecipação de até o valor de face dos créditos, desde que respeitadas as condições estabelecidas pela Lei Complementar 101/00 e pelas Resoluções do Senado 40/01 e 43/01.

Na última reunião, a CAE discutiu requerimento de Romero Jucá (PMDB-RR) solicitando o comparecimento do ministro da



Em debate na CAE, senadores favoráveis apontam vantagem para municípios, e os contrários temem comprometimento de receita

Fazenda à comissão, para opinar sobre o projeto. Romeu Tuma (PFL-SP) considera desnecessária a presença do ministro e ressalta que “os municípios estão aflitos” para que se tome logo uma decisão sobre esse assunto. O relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), que apresentou substitutivo, defendeu a matéria e informou que a resistência à proposta vem dos procuradores dos estados e dos municípios.

O presidente da CAE esclareceu que o requerimento de Jucá deverá ser votado no Plenário do Senado. Edison Lobão (PFL-MA) saiu em defesa do projeto, alegando que os municípios estão

muito sacrificados.

Já o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), argumentou que a lei não pode permitir o comprometimento de receita corrente. A proposição, disse, poderá trazer de volta as antecipações de receitas orçamentárias, que, alegou, foram “devastadoras”. Osmar Dias (PDT-PR) lembrou que houve banco que quebrou por esse motivo e que o país não deve recuperar uma prática “nefasta para o erário”.

Sérgio Cabral (PMDB-RJ), autor da proposta, explicou que o substitutivo impede uma relação com as antigas Aros e que o texto visa apenas recuperar passivos.

## Agilidade na correção do FGTS passa na CAE

O projeto que autoriza a antecipação do pagamento do complemento de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na última terça-feira. A proposta, do senador Paulo Paim (PT-RS), flexibiliza o cronograma de pagamento da atualização monetária das contas do FGTS decorrentes dos planos econômicos Verão e Collor I.

O parecer favorável ao projeto (PLS 358/04), elaborado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), será submetido à aprovação do Plenário. O pagamento que vem sendo feito para a atualização monetária do FGTS decorrente dos planos econômicos, informam o relator e o autor da matéria, está sendo muito demorado. Simon diz



Proposta de Paim flexibiliza cronograma de pagamento da atualização das contas do fundo

que trabalhadores com créditos superiores a R\$ 5 mil ainda estão com parcelamento semestral em curso, o qual poderá chegar, no caso de créditos superiores a R\$ 8 mil, até janeiro de 2007.

Pelo projeto, o cronograma de

pagamento poderá ser antecipado, desde que haja disponibilidade financeira, a critério do Conselho Curador do FGTS, respeitada a seguinte ordem de prioridade para a seleção dos contemplados: trabalhadores em situação de desemprego involuntário; trabalhadores com necessidades prementes de assistência médica; outros, conforme prioridades a serem estabelecidas pelo conselho.

Nos dois primeiros casos, a proposição prevê que o Conselho Curador disciplinará a matéria de forma a beneficiar os trabalhadores de baixa renda e a preservar o equilíbrio financeiro do FGTS. O texto determina também que a Caixa Econômica Federal deverá publicar, trimestralmente, um quadro consolidado da situação financeira do FGTS.

## Comissão acolhe projeto que cria poupança-escola

O projeto que cria a poupança-escola, de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta (PLS 60/04), destinada a estimular a conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, será agora enviada à Comissão de Educação (CE), onde será analisada em decisão terminativa.

A proposição autoriza o Executivo a instituir o Fundo de Investimento na Educação Básica (Fieb) – poupança-escola, a ser composto por dotações orçamentárias, doações e depósitos particulares espontâneos. Pelo texto, a implementação do programa será progressiva, adequada às restrições orçamentárias do governo.

Conforme o projeto, os saques na poupança de cada estudante seriam permitidos em três hipóteses: após a conclusão da 4ª série; depois da conclusão da 8ª série; e com a conclusão da 3ª série do segundo grau.

– O elemento que falta para garantir que crianças em idade escolar permaneçam na escola diz respeito a estímulos para que tanto o aluno quanto sua

família escolham o caminho da educação, em vez da entrada precoce no mercado de trabalho, não raro mais atraente, devido à perspectiva de acréscimo à renda familiar – afirma a relatora, Ana Júlia Carepa (PT-PA).

O valor a ser depositado em cada conta, de acordo com a proposta, seria definido pelo Executivo. Iniciativa semelhante foi criada por Cristovam durante a sua gestão como governador do DF, de 1995 a 1998.

### Programação monetária tem parecer favorável

Também recebeu parecer favorável na CAE mensagem do governo federal encaminhando a programação monetária para o segundo trimestre de 2006, que será submetida ao Congresso.

A comissão decidiu pelo arquivamento de dois avisos do Ministério da Fazenda, relativos à emissão de títulos da República. Deliberou ainda pela rejeição do PRS 37/04, que permitiria a dedução, em dívidas junto à União, de investimento em educação; e do PLC 12/05, que autorizaria o parcelamento do Imposto Territorial Rural.

## Audiência discute peso do mínimo em gastos municipais

O impacto dos aumentos do salário mínimo nas folhas de pagamento das prefeituras foi um dos temas da audiência pública realizada na semana passada em Curitiba pela comissão mista que estuda uma política permanente de reajustes para o mínimo. A questão é polêmica, uma vez que muitas prefeituras argumentam não ter capacidade para absorver esses aumentos, enquanto especialistas afirmam que os municípios podem fazê-lo, até mesmo porque estariam obtendo aumentos reais em suas receitas.

Durante a audiência, o presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), Luiz Lázaro Sorvos, disse que os reajustes do mínimo não são acompanhados de aumentos nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e, por causa disso, há prefeituras paranaenses que não

conseguem respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para resolver o problema, a comissão mista vem estudando a criação de um fundo de compensação para os municípios que ultrapassarem os limites impostos pela LRF. Paulo Paim (PT-RS) declarou que a criação de um imposto sobre grandes fortunas poderia contribuir para capitalizar esse fundo – esse tributo, aliás, já está previsto na Constituição federal, mas ainda não foi regulamentado.

Para Cid Cordeiro Silva, do escritório regional do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) no Paraná, “há espaço fiscal nos municípios para absorver os aumentos do salário mínimo, pois, nos últimos anos, as prefeituras vêm obtendo aumentos reais em suas receitas no que se refere aos repasses do FPM e ao ICMS.

### Aprovado projeto para regular produção de cal

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou projeto de Aelton Freitas (PL-MG) que regulamenta a produção de cal e define medidas específicas para controle de poluentes nesse processo industrial (PLS 314/03). A cal é usada na produção de açúcar, refrigerantes e cervejas, em quase todos os alimentos enlatados e em alguns produtos de ração animal, segundo Aelton. Também foi acolhido requerimento do presidente da CMA, Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), para solicitar ao TCU auditoria destinada à fiscalização de convênios firmados com a prefeitura de Guarulhos para a formação de 38 núcleos esportivos no âmbito do programa Segundo Tempo, do governo federal.

### Prazo para renegociar dívida do FNE pode ser estendido

O prazo para pedidos de renegociação de dívidas de crédito rural com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – que termina em agosto, segundo a MP 285/06 – poderá ser ampliado. A prorrogação foi defendida pelo presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Roberto Smith, em audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). Para o presidente da CRA, Sérgio Guerra (PSDB-PE), e a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), autora do requerimento para a realização da audiência, o texto da medida provisória deve ser aperfeiçoado, para que possa ajudar resolver os problemas dos produtores.

### Sérgio Cabral apóia ampliação de benefícios da Lei Rouanet

O presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, Sérgio Cabral (PMDB-RJ), acatando sugestão da diretora do Instituto Brasileiro de Audiovisual, Irene Ferraz, apresentará projeto propondo a inclusão do setor de formação e aprimoramento profissional entre as áreas que podem captar recursos por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, a Lei Rouanet. Ao justificar a proposta, Irene Ferraz informou que, sem patrocínio, se torna difícil para uma escola formar profissionais na área de audiovisual, uma vez que o custo de um aluno por ano, em média, gira em torno de US\$ 12 mil. A diretora lembrou que os alunos, além de utilizar equipamentos de custo elevado, devem realizar filmagens, o que aumenta os gastos.



**PLENÁRIO** Senado bate recorde de votações em uma mesma sessão deliberativa: 94 proposições com voto favorável

## Aprovadas propostas de amplo alcance social

Decisões beneficiam, entre outros, servidores, deficientes, remanescentes de quilombos, idosos e professores

► **PLV 3/06 (MP 272/05)** – Aumenta as remunerações dos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que se enquadram nas carreiras previdenciária, do seguro social, de perícia médica e de supervisor médico-pericial. A proposta, que teve como relator o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), foi aprovada na forma de projeto de lei de conversão e retorna ao exame da Câmara. A matéria também trata da regularização dos convênios de saúde realizados entre a administração pública e entidades de autogestão (como a Fundação de Seguridade Social – Geap). Em fevereiro, uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) havia impedido a renovação sem licitação dos convênios entre a Geap e a União.

► **PLS 126/05** – Proposta de autoria de Paulo Paim (PT-RS) que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes (Pnete). O principal objetivo é a criação de postos de trabalho para pessoas com mais de 45 anos de idade que não tenham renda própria de qualquer natureza. O projeto precisa ainda da aprovação da Câmara.

► **PLC 9/05** – Inclui representantes da Fundação Palmares e de comunidades remanescentes de quilombos nos comitês de bacias hidrográficas.

► **PLC 32/05** – Obriga o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) a instalar placas de sinalização nas rodovias federais, indicando o hospital mais próximo, a distância e o número do telefone.

► **PLC 100/05** – Permite ao empregado, na qualidade de representante sindical, faltar ao trabalho sem prejuízo do seu salário, quando estiver participando de reunião oficial junto a organismos internacionais do qual o Brasil seja membro.

► **PLC 28/05** – Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para assegurar o direito de sindicalização aos empregados de entidades sindicais. A matéria, que irá à sanção presidencial, recebeu parecer favorável do relator da proposição, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

► **PLC 96/05** – Institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla, a ser celebrado em 30 de agosto.

► **PLC 127/05** – Estabelece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a definição de função de magistério. Com isso, também fará jus à aposentadoria especial destinada aos professores todos os especialistas em educação que exercem, além da docência, a coordenação e o assessoramento pedagógico, e a direção de unidade escolar.



Renan (C) preside sessão em que Plenário deliberou sobre extensa pauta de proposições

## MP do Simples volta ao exame da Câmara

O Senado aprovou a medida provisória conhecida como MP do Simples, na forma de projeto de lei de conversão (PLV) apresentado pelo relator, Jefferson Péres (PDT-AM). A proposição modifica as faixas de tributação do Simples (o sistema de pagamento de impostos pelas micro e pequenas empresas), como prevê a Lei 11.196/05, resultante da MP do Bem, aprovada ano passado. Em razão das mudanças feitas pelos senadores, a matéria volta à Câmara dos Deputados.

A lei elevou o valor de enquadramento das micro, de R\$ 120

mil para R\$ 240 mil anuais, e das pequenas empresas, de R\$ 1,2 milhão para R\$ 2,4 milhões. A medida provisória (MP 275) fez uma mudança importante no caso das pequenas empresas, elevando de 8,6% para 12,6% a taxa única de impostos federais sobre os maiores faturamentos. O projeto de lei de conversão (10/06) promove um ajuste nas alíquotas referentes aos créditos da contribuição para o PIS/Pasep e para a Cofins, a fim de contemplar a Zona Franca de Manaus.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), protestou contra o aumento da alíquota para as

pequenas empresas e disse que seu partido lutar, na Câmara, pela rejeição dessa parte da proposta.

Por sua vez, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), explicou que não houve majoração tributária e que o projeto visa estimular a formalização das micro e pequenas empresas. A seu ver, a proposta inovou ao criar diferentes níveis de alíquotas vinculados ao faturamento das empresas.

Segundo Jefferson Péres, essa modificação foi acertada com a Receita Federal e não implicará impacto aos cofres públicos.

## Operação tapa-buracos tem mais recursos

Aprovado em votação simbólica na sexta-feira, será enviado à sanção presidencial o projeto de lei de conversão (PLV 7/06) oriundo da Medida Provisória 276/06, que abre crédito no valor de R\$ 350 milhões para o Ministério dos Transportes.

A verba se destina a obras emergenciais em rodovias de todo o país, conforme iniciativa adotada pelo governo federal em janeiro deste ano, que ficou conhecida como operação tapa-buracos.

A proposição foi criticada pelos senadores da oposição, entre eles José Agripino (PFL-RN), para quem aquela operação não passa

de uma forma de jogar dinheiro público fora. As bancadas do PFL, PSDB, PDT e PSOL, além do peemedebista Mão Santa (PI), declararam voto contrário.

Também vai à sanção do presidente da República o projeto de lei de conversão (PLV 4/06), oriundo da MP 273/05, que abre crédito extraordinário no valor de R\$ 516,13 milhões para o Ministério dos Transportes, a serem utilizados na recuperação de rodovias e na execução de trecho da Ferrovia Norte-Sul.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), ressaltou que o Congresso deve acompanhar de forma rigorosa as auditorias feitas pelo

Tribunal de Contas da União (TCU) nas obras que estão sendo realizadas.

A proposição prevê recursos para o pagamento de benefícios previdenciários e assistenciais a idosos e deficientes.

Outro projeto de lei de conversão acolhido pelo Plenário (PLV 5/06) altera a Medida Provisória 274/05, que acrescenta, no Plano Nacional de Viação, duas rodovias, 62 portos fluviais, trecho da Ferrovia Norte-Sul e de mais duas ferrovias para trens de alta velocidade – ligando o Rio de Janeiro a São Paulo e Belo Horizonte a Curitiba. A matéria segue agora para a sanção presidencial.

## Senadores ratificam 33 tratados internacionais

O Senado aprovou 33 decretos legislativos ratificando tratados internacionais celebrados entre o Brasil e países da América, Ásia e Europa. Também foram acolhidos 30 requerimentos para tramitação conjunta, retirada de pauta e exame por comissões de vários projetos de lei.

Entre os acordos aprovados figuram um de cooperação nuclear com o Chile (PDL 564/05), cinco assinados com o Peru – sobre turismo (PDL 02/06), trabalho remunerado de dependentes de pessoal diplomático e consular

(PDL 11/06), conservação da flora e da fauna amazônicas (PDL 15/06), recursos naturais e meio ambiente (PDL 134/06) e extradição (PDL 14/06) –, e dois firmados com a Bolívia, tratando de permissão de residência e trabalho (PDL 133/06) e restituição de veículos roubados (PDL 05/06).

Em nível multilateral, recebeu aprovação o texto das emendas ao acordo relativo à Organização Internacional de Telecomunicações (PDL 562/05), além de outros acordos.

## Combate à aftosa ganha reforço de verba

A Medida Provisória 277/06, que abre crédito extraordinário em favor dos ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores, no valor total de R\$ 74,56 milhões, também foi aprovada pelos senadores e vai à promulgação. Parte dos recursos se destina ao combate à febre aftosa.

O relator, Osmar Dias (PDT-PR), informou que o Ministério da Agricultura ficará com R\$ 16,5 milhões, dos quais R\$ 12 milhões serão aplicados no programa de combate à aftosa, especialmente nos

estados de Mato Grosso do Sul e Paraná. O restante será aplicado em ações de apoio às famílias rurais prejudicadas pela perda de rebanhos ou impedidas de vender seus produtos.

Os senadores aprovaram ainda autorização (PRS 24/06) para Minas Gerais contratar crédito no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de até US\$ 50 milhões, para o financiamento parcial do Programa de Melhoria da Acessibilidade de Municípios de Pequeno Porte (Processo).

**AGRICULTURA** - O Plenário autorizou a União a contratar até US\$ 23,15 milhões com o Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura (Fida). Também foi autorizada operação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de até US\$ 93 milhões, para apoio à modernização da gestão dos estados e do Distrito Federal.

**ALIMENTAÇÃO** - Tratado internacional sobre recursos fitogenéticos para a alimentação e a agricultura obteve ratificação do Plenário do Senado. O tratado foi aprovado durante a 31ª Conferência das Partes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), realizada em Roma, e assinado pelo Brasil em junho de 2002.

**RODOVIA** - Foi aprovado quarta-feira o projeto de lei do Senado (PLS 14/05) que inclui, na relação descritiva das rodovias do sistema rodoviário nacional, a malha rodoviária que abrange o entroncamento da BR-381 com a BR-259, entre Minas Gerais e Espírito Santo. A extensão total do trecho é de 268 quilômetros. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

**BEACH PARK** - Recebeu aprovação requerimento de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) para que seja encaminhado ao Ministério da Fazenda pedido de informações no sentido de que o Banco do Nordeste do Brasil preste esclarecimentos sobre operações financeiras efetuadas com a empresa controladora de empreendimentos Beach Park, no Ceará.

**TRÁFICO** - Os senadores aprovaram o projeto de lei (PLS 15/06) de iniciativa da CPI Mista da Emigração Ilegal que altera o Código Penal para definir como crime o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração com o intuito de obtenção de lucro. A proposta insere o tráfico de pessoas entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.

**PROGRAMAÇÃO** - Será enviado à Câmara o projeto (PDS 231/06) que aprova a programação monetária para o segundo trimestre deste ano. A proposição recebeu parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi relatada por Ana Júlia Carepa (PT-PA). Ela sugere que o Comitê de Política Monetária seja mais ágil na redução dos juros.



180 ANOS DO SENADO Do entusiasmo inicial do Visconde de Cairu à criação de um dos maiores acervos do país

# Livro contará 180 anos da biblioteca

O Senado completa no próximo mês 180 anos. Em maio de 1826, os primeiros senadores brasileiros se reuniram em assembleia. Um dos primeiros empreendimentos dos parlamentares da Casa, liderados pelo Visconde de Santo Amaro, foi propor a constituição de uma biblioteca. A iniciativa coube ao Visconde de Cairu, na sessão de 18 de maio de 1826.

– Vossa Excelência deve propor uma livraria, onde todos os membros do Senado vão naquelas ocasiões em que lhes for preciso consultar as diferentes matérias que necessitarem dos esclarecimentos. Certamente eu acho muito razoável e justo haver uma livraria, ou biblioteca – afirmou Cairu, dirigindo-se ao presidente da sessão.

Para marcar a passagem da data este ano, a Biblioteca do Senado vai promover uma série de comemorações, que incluem

o lançamento de um livro que conta os 180 anos da biblioteca. No próximo dia 18 de maio, além da publicação, estão previstos ainda apresentação do Coral do Senado, *performance* representando a sessão de criação da biblioteca, abertura da exposição de obras raras e exibição de documentário da TV Senado sobre a biblioteca.

## Biblioteca floresce nos períodos democráticos

O livro, fartamente ilustrado, apresenta ainda o estado atual da biblioteca, que oferece aos parlamentares e demais usuários o que há de mais moderno em termos de organização de conteúdos e recursos eletrônicos. Também foi organizado um catálogo de obras raras, com cerca de cem livros, periódicos, manuscritos e outras publicações que fazem parte das diversas coleções, de valor especial, acumuladas pelo Senado ao

longo de sua história.

O livro é uma homenagem à disseminação da informação que levou à constituição das sociedades modernas. Não é coincidência, portanto, que ele registre que a biblioteca tenha sido especialmente valorizada durante os períodos democráticos do século 20.

– Ao longo dos anos, é esse o Poder mais vulnerável, alvo de retaliações do Executivo que levaram ao seu fechamento em 1823, 1889, 1891, 1930, 1937, 1968 e 1977. Afinal, é do debate das idéias que nasce a democracia. E é nesse ambiente que uma biblioteca, especialmente a do Senado, pode contribuir mais amplamente para os destinos da sociedade brasileira – sustenta a publicação.

Na próxima edição, o Jornal do Senado inicia a publicação de resenhas das principais obras raras da biblioteca.



Registro da administração de Nassau, escrito pelo belga Gaspar Barléu e publicado pela primeira vez em Amsterdam, em 1647

## Das origens à Proclamação da República

Ainda que reconhecida como uma necessidade urgente desde as primeiras reuniões dos senadores, a Biblioteca do Senado, até pelo alto preço dos livros naquele início do século 19, levou tempo para se estruturar. Naquela época, eram poucos os títulos publicados em português e a indústria gráfica nacional ainda era rudimentar. Assim, os livros encomendados junto às representações diplomáticas brasileiras na Europa demoravam a chegar.

O Brasil também viveu anos agitados no início do Império. Com tantas demandas urgentes, como as revoltas ocorridas nas províncias e a renúncia de dom Pedro I, os senadores não puderam dar atenção especial à biblioteca. Além disso, o Palácio Conde dos Arcos, primeira sede do Senado, era local improvisado, inadequado para o Legislativo.

Em 1860, registrou-se que “não havia no edifício uma sala que pudesse servir de biblioteca, nem estantes próprias em que se colocassem os livros que pudessem adquirir-se”. Somente nos anos subsequentes o Senado realizou a compra de uma série de livros, parte na Europa e parte na “loja de livros Antônio Gonçalves Guimarães & C., estabelecida à Rua do Sabão”, no Rio de Janeiro.

Ao passo que o acervo começava a se avolumar, as instalações da primeira sede do Senado, o Palácio Conde dos Arcos, ainda não ofereciam as melhores condições para abrigar os livros. Naquela época, o Regimento do Senado estabelecia que o porteiro, funcionário da Secretaria do

Senado, era o responsável pela guarda dos livros. Apesar de conveniente – o porteiro morava no térreo do prédio onde estava o embrião da biblioteca –, essa, sem dúvida, não era a estrutura ideal para o manuseio e a segurança dos livros.

Somente em 1869, o Senado montou o seu primeiro catálogo de livros e mandou comprar estantes próprias para as obras. Porém, com o Senado tomado por discussões em torno da Guerra do Paraguai e da abolição da escravidão, não houve referências à biblioteca nas décadas seguintes.

Já na República, o Senado voltou a dar destaque à biblioteca da Casa. Em 1895, o então presidente do Senado, Manoel Victorino Pereira, promoveu a classificação das obras do Senado. Para isso, em 1898, o Senado Federal contou pela primeira vez com trabalhos de um especialista em Biblioteconomia. A partir de então, os livros da Casa foram catalogados sistematicamente, utilizando as normas mais modernas.

## Mudança para Brasília e ordens da ditadura foram alguns percalços

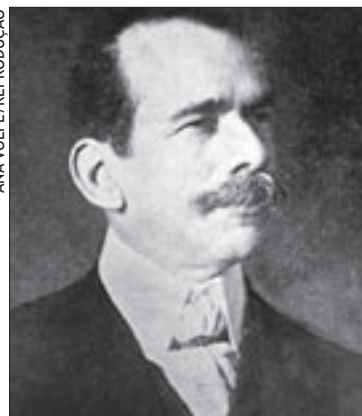
A mudança para a nova capital exigiu dos bibliotecários do Senado um esforço sobrecomum. Afinal, transportar, de maneira ordenada, milhares de exemplares de livros até hoje não é uma tarefa simples. O problema inicial foi a falta de estrutura. O prédio de 28 andares sequer estava pronto em abril de 1960 e ainda demorou meses até que os elevadores fossem instalados. Faltava moradia para os servidores e muitas das tarefas ainda eram realizadas no Rio de Janeiro.

Quando os livros chegaram a Brasília, em um primeiro momento a biblioteca foi instalada em três andares do Anexo I, onde recebeu os primeiros bibliotecários concursados, em 1968 (somente com a construção do Anexo II, em 1972, os livros foram levados para um espaço apropriado).

Em 1970, o governo militar pu-

blicou uma lista de 20 obras consideradas subversivas, que deveriam ser apreendidas. O Senado tinha pelo menos metade delas em suas estantes. As bibliotecárias – que até hoje preferem permanecer no anonimato – não cumpriram a determinação oficial e levaram os livros para casa, devolvendo-os à biblioteca apenas com o advento da abertura política.

Em 1999, as atuais instalações da biblioteca foram inauguradas ao público, ocupando 3.250 m<sup>2</sup>, equipados com o que há de mais moderno em tecnologia da informação. O site da biblioteca na internet torna disponível a consulta às bases de dados bibliográficos com documentos de livros e capítulos de livros; artigos de revistas e de jornais; e coleção de periódicos e obras raras, em uma rede que alimenta, cooperativamente, as bases de dados.



Em 1895, o presidente do Senado, Manoel Victorino, promoveu classificação das obras

## Principais obras raras em destaque

DURÃO, José de Santa Rita. *Caramuru poema épico do descobrimento da Bahia*. Composto por Fr. Jose de Santa Rida Durão. Lisboa: Regia Officina Typografica 1781. 307 p.

GAMA, Jose Basílio da. *O Uruguay poema de Jose Basílio da Gama na arcádia de Roma*. Lisboa: Regia Officina Typografica 1769. 102 p.

MARILIA de Dirceo. Lisboa: Of. Nunesiana 1799. 2ª edição.

ASSIS, Machado de. *Desencantos: phantasia dramática por Machado de Assis*. Rio de Janeiro: P. Brito 1861. 70 p.

ASSIS, Machado de. *Poesias completas: chrysalidas, phalenas, americanas, occidentaes*. Paris: Garnier 1901. 376 p.

ASSIS, Machado de. *Tu só, tu, puro amor: comédia*. Rio de Janeiro: Lombaerts & C. 1881. 71 p.

O ATHENEU. Rio de Janeiro: Gazeta de Notícias 1888. 368 p.

PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*. Paris: A Colin, 1895. 237 p. (Esta é a 2ª edição, porque a primeira foi suprimida e confiscada por ordem do governo brasileiro.)

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Alguma poesia*. Bello Horizonte: Pindorama 1930. 150 p.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *Claro enigma: poesia*. Rio de Janeiro: J. Olympio 1951. 128 p.

DAMPIER, Guillaume. *Nouveau voyage*

*autour du monde, ou, l'on décrit en particulier l'Isthme de l'Amerique, plusieurs Cotes \* isles des Indes Occidentales, les Isles du Cap Verd, le passage par la Terre del Fuego, les Cotes Meridionales du Chili, du Perou, & du Plantes, des Fruits, & des Animaux qu'on y trouve*. Amsterdam: Paul Marret 1711-1712. 5 v.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Relation abreege d'un voyage fair dans l'interieur de l'Amerique Meridionale depuis la cote de la Mer du Sud, jusqu'aux cotes du Bresil & de la Guiane, en descendant la Riviere des Amazones...* Paris: La Veuve Pisto, 1745. 1 v.

COSTA, João Severiano Maciel da. *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar*. Coimbra: Na Imprensa da Universidade, 1821. 90 p.



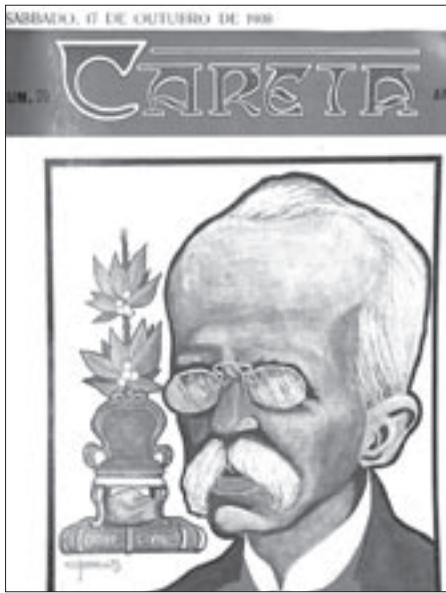
Cerca de cem obras raras estão no livro sobre os 180 anos da biblioteca do Senado, que tem mais de 150 mil títulos



180 ANOS DO SENADO Uma das mais antigas do país, biblioteca reúne preciosidades como *Novus Orbis*, de 1633



Atlas de Halfeld: preciosidade de 1860 com 48 mapas litografados



Revista Careta, do início do século 20, exhibe charge de Rui Barbosa na capa



Capa da primeira edição da revista O Cruzeiro, publicada em 1928

# Obras raras e doações enriquecem o acervo

Livros raros e preciosos apaixonam desde o século passado os bibliófilos e brasilianistas por suas narrativas e ilustrações. A Biblioteca do Senado é uma festa para os admiradores de obras literárias: a Casa reúne, entre mais de 150 mil títulos, coleções preciosas, construídas livro a livro, que merecem destaque especial. Para que se tenha uma idéia do valor dos livros que a Biblioteca do Senado possui, há 36 livros nas estantes da Casa que também fazem parte do volume 1 do recém-lançado *Destaques da Biblioteca Indisciplinada de Guita e José Mindlin* (Edusp, 2005).

Como uma das mais antigas do país, a Biblioteca do Senado foi recebendo ao longo dos anos, desde o século 19, livros que hoje são considerados raridades, de grande interesse para pesquisadores de áreas como as de direito, política, literatura, história e geografia. O mais antigo deles, para se ter uma idéia, é o *Novus Orbis*, datado de 1633.

Desde o Império, os Anais do Senado discorrem sobre doações de grande valor realizadas por senadores e outros notáveis, que elegeram a biblioteca do Senado como guardiã de suas coleções, com relatos de expedições que descrevem as belezas naturais do Novo Mundo; obras sobre a vida política e social do país nos séculos passados; e raridades de grandes romancistas brasileiros, geralmente repletos de belas gravuras.

Eventos históricos dos quais o Senado foi testemunha, como o fim da escravidão, da Guerra do Paraguai e da Monarquia, entre outras fontes primárias da história nacional, também são temas dessas obras.

Em uma das maiores aquisições de obras raras de interesse especial, o Senado Federal obteve, em 1997, a coleção do senador Luiz Viana Filho, que durante sua vida foi um bibliófilo, colecionador e apreciador de obras raras. Esses livros foram incorporados ao acervo da biblioteca, que recebeu o nome de Acadêmico Luiz Viana Filho.

Obras consideradas especiais não param de chegar ao Senado, tendo em vista que livros de grande valor continuam sendo produzidos, muitos deles com tiragens limitadas que reservam um exemplar para as estantes da Biblioteca do Senado.

São considerados livros raros, valiosos ou especiais publicações que, de alguma forma, se enquadram em determinados critérios. Nesse grupo estão exemplares únicos, primeiras edições de autores renomados ou títulos que necessitam de armazenamento, preservação e conservação especiais. Essas características, associadas aos aspectos temporais, estéticos e culturais, pela sua subjetividade, interferem na avaliação.

Do total de obras raras que fazem parte do acervo, cerca de cem foram escolhidas para integrar o livro sobre os 180 anos da Biblioteca do Senado, que será lançado em 18 de maio próximo. Exposição com parte dessas obras será inaugurada no mesmo dia na biblioteca.

## “É preciso oferecer a chave da arca do tesouro”

Para a diretora Simone Bastos Vieira, assegurar que as informações disponíveis no imenso acervo da Biblioteca do Senado sejam acessíveis ao público é a tarefa primordial. Para isso, ela conta com a ajuda das ferramentas de informática e revela, na entrevista abaixo, que as consultas pela internet e e-mail estão revolucionando o atendimento aos usuários.

– O que faz da Biblioteca do Senado uma biblioteca única?

– É por meio do intercâmbio de informações que as pessoas se comunicam e tomam decisões. No contexto de mudanças e de globalização, o conhecimento continua sendo a fonte de poder mais democrática. Essa perspectiva, que vale para todas as bibliotecas, se torna ainda mais visível no caso da Biblioteca do Senado, Casa responsável pela elaboração de leis e pela formação das instituições nacionais.

– Como a biblioteca está equipada para atingir essas finalidades?

– Para uma biblioteca, não basta guardar um tesouro: é preciso desenhar o seu mapa e oferecer a chave da arca, mostrar os caminhos para a informação que dispõe em suas

prateleiras e bancos de dados. O acervo de livros, revistas, jornais, CDs, entre outras mídias, que a biblioteca vem preservando ao longo de sua história, tem exatamente esse foco. A informática é essencial para isso e usamos as mais modernas ferramentas, graças ao apoio dado pelo Prodasen.

– Quais as características atuais do acervo?

– É especializado em Ciências Sociais e Humanas e 60% de seus títulos são da área do Direito. Hoje, o acervo é composto por aproximadamente 390 mil volumes, dos quais cerca de 140 mil livros, 11 mil deles obras de referência,

como dicionários, enciclopédias e glossários. Há ainda 27 mil folhetos, 55 mil exemplares de 12 jornais nacionais e 3,8 mil títulos de periódicos, que totalizam 220 mil fascículos. São quase 3,4 mil CD-ROM e as obras em braile (linguagem especial para deficientes visuais) já chegam à sua primeira centena. Cerca de 7 mil novos livros são incorporados anualmente ao acervo.

– Como o público pode ter acesso à biblioteca?

– O acervo da biblioteca é aberto aos

interessados para consulta. Para isso, uma equipe especializada de bibliotecários está preparada para atender os usuários, orientando-os na busca e recuperação de informações nas bases de dados da biblioteca ou onde puder ser encontrada. O atendimento é realizado pessoalmente, por telefone, e-mail ou carta e direcionado prioritariamente aos senadores e servidores que trabalham com o processo legislativo. A biblioteca registrou em 2005 a visita de cerca de 175 mil pessoas.

Cerca de 5 mil usuários estão cadastrados na biblioteca, entre senadores, deputados, consultores e assessores parlamentares, servidores, estagiários e bibliotecas conveniadas. Em 2005, o serviço ao usuário totalizou 54,6 mil solicitações, numa frequência mensal de 4,5 mil atendimentos ou 225 consultas e pesquisas por dia. Empréstimos de livros e revistas totalizaram 74,7 mil, o que representou acréscimo de 4,5% em 2005. Esse percentual também vinha se repetindo nos últimos anos.

A disponibilidade de pesquisas e de acesso a conteúdos por meio de internet e correio eletrônico revolucionaram o atendimento, cujos números vêm aumentando em escala muito superior à registrada antes da popularização da rede mundial de computadores.

MEMOIRE presente par lês États du Brésil au gouvernement de la Confédération Suisse, arbitre choisi selon lês stipulations du Traité conclu a Rio-de-Janeiro, lê 10 Avril 1897 entre lê Brésil et la France frontières entre lê Brésil el la Guyane Française. Paris: A Lahure, imprimeur-éditeur, 1899-1900. 5 v.

SECOND mémoire presente par lês Etats Unis du Brésil au gouvernement de la Confédération Suisse, arbitre choisi selon lês stipulations du Traité conclu a Rio de Janeiro, lê 10 Avril 1897, entre lê Brésil et la France: frontières entre lê Brésil et la Guyane Française. Berne: Paris: imprimerie Staempfli & Cie., A Lahure, imprimeur-éditeur, 1899. 6 v.

HENDERSON, James. A history of the Brazil comprising its geography, commerce, colonizaton, aboriginal inhabitants. London: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown 1821. 522 p.l.

LEVASSEUR, Pierre Emile. Le Brésil. Paris: H. Lamirault, 1889. 1 v.

LISBOA, Balthazar da Silva. Annaes do Rio de Janeiro\* contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade com a história civil e ecclesiastica, ate a chegada d'el-rei Com João VI, além de notícias topographicas, zoológicas, e botânicas. Rio de Janeiro: Seignot-plancher 1834-1835. 7 v.

SOUTHEY, Robert. History of Brazil. London: Longman, Hurst, Rees and Orme 1810-1819. 3 v.

SPIX, Johann Baptist Von. Reise in Brasilien auf Befehl. Munchen: M. Lindauer, 1823-1831. 3 v.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. História geral do Brazil, isto é, do seu descobrimento, colonisação, legislação, desenvolvimento, e da declaração da independência e do império\*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854-1857. 2 v.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. História geral do Brazil antes da sua separação e independência de Portugal. Rio de Janeiro: Laemmert, 187?. 2 v.

O COMPILADOR. da Assembléa Legislativa Provincial de Minas Gerais. Ouro Preto: Typographia Itacolomy, 1823-[19-?].

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília: Diários Associados, 1808.

CORREIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Typographia de Silva Porto & C., 1822-1823.

DIARIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Real Typographia, 1821-1878.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808-1822.

GAZETA LITTERARIA. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1883-1884.

IDADE D'OURO DO BRASIL. Salvador:

Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva, 1811-1823.

KLAXON. São Paulo: Livraria Martins, 1922-1923.

O NOVO MUNDO. New York: [s.n.], 1870-1879.

REVISTA ILLUSTRADA. Rio de Janeiro: Angelo Agostini, 1876-1898. (MICROFORMA)

A SEMANA. Rio de Janeiro: Typ. da Gazeta de Notícias, 1885-[1895?].

O UNIVERSAL. Ouro Preto: Typ. Officina Patrícia de Barbosa & C, 1825-1942.

MARTIUS, Carl Friedrich Phil von. Flora Brasiliensis. Vindobonae: Frid. Beck, 1840-1906.

VELLOSO, Jose Mariano da Conceição. O fazendeiro do Brazil. Lisboa: na Officina de Simão Thadeo Ferreira, 1798-1806





## 180 anos do Senado

Nos governos pós-Constituição de 1988 - Collor, Fernando Henrique e Lula - o Congresso exerce com vigor seus poderes de fiscalizar e investigar



# Jovem democracia resiste a crises

O regime democrático brasileiro passou por testes de fogo em seus primeiros anos de vida. Promulgada a Constituição de 1988, ainda no governo Sarney, o país elegeu seu primeiro presidente pelo voto direto em 30 anos.

Mas Fernando Collor de Mello acabou destituído do cargo por um processo de *impeachment*. Nos anos seguintes, o Congresso fez das CPIs o seu principal instrumento na luta contra a corrupção no governo e na política, inclusive cortando na própria carne

## Impeachment e a luta das CPIs do Congresso contra a corrupção

ARQUIVO DO SENADO FEDERAL



Deputados e senadores participam de ato pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello

## Afonso Arinos dedicou 60 anos de vida à luta política liberal

O mineiro Afonso Arinos de Melo Franco, jornalista, jurista e literato, nasceu numa tradicional família de políticos, intelectuais e diplomatas. Por problemas de saúde, não participou da revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder.

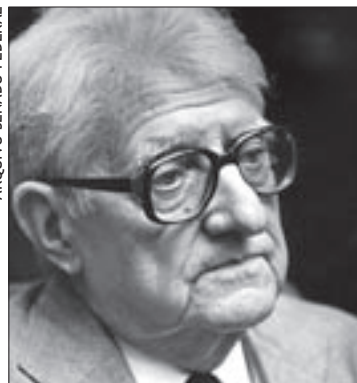
Em 1934, rompeu com Vargas. Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros de 1943, primeira manifestação política contra a ditadura de Vargas. Em abril de 1945, foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN), partido que reunia a oposição liberal ao presidente.

Nos anos 50, o Congresso aprovou a Lei Afonso Arinos, que tor-

nava a discriminação racial uma contravenção penal. Com a volta de Vargas, em 1951, passou a mover intensa oposição ao governo. Na crise de 1954, que culminaria no suicídio do presidente, ele propôs a renúncia de Vargas e a intervenção das Forças Armadas.

Em 1958, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras e para o Senado. Partidário do golpe militar que depôs João Goulart em 1964, foi um dos fundadores, em 1966, da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Tornou-se crítico dos rumos do regime e, em 1967, retomou suas atividades docentes e literárias.

Em 1986, após o término da dita-



Afonso Arinos: do apoio ao golpe de 64 à participação na Constituinte de 1988

dura militar, voltou à vida política, elegendendo-se senador (PFL-RJ), participando da Assembleia Nacional Constituinte. Em 1988, transferiu-se para o PSDB. Morreu no Rio de Janeiro em 1990, no exercício do mandato de senador.

## Mário Covas foi um dos fundadores do PSDB, em 1988

O engenheiro paulista Mário Covas obteve seu primeiro mandato político como deputado federal em 1962. Em 1966, reelegeu-se pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que ajudou a fundar no ano anterior. Vítima do Ato Institucional nº 5, teve seus direitos políticos cassados por dez anos em 1969.

De volta à vida pública em 1979, assumiu a presidência do MDB em São Paulo, partido pelo qual obteve novamente uma cadeira na Câmara. Franco Montoro, governador de São Paulo, nomeou Covas, em 1983, prefeito da capital do estado. Em 1986, voltou ao

Congresso Nacional, dessa vez eleito senador pelo PMDB, numa votação histórica na qual obteve quase 8 milhões de votos.

Liderou o PMDB nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Em junho de 1988, rompeu com o PMDB, juntamente com o senador Fernando Henrique Cardoso e Montoro, fundando o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Em 1989, foi candidato derrotado na campanha presidencial vencida por Fernando Collor. Cinco anos depois, se elegeu governador de São Paulo, cargo para o qual foi reeleito em 1998. Um câncer na



Mário Covas elegeu-se senador em 1986 com a histórica contagem de 8 milhões de votos

bexiga o levou à mesa de cirurgia e às sessões de quimioterapia no ano seguinte, mas só o venceu em 6 de março de 2001, deixando um exemplo de vida pública pautada pela ética e pela transparência.

A promulgação da Constituição de 1988 marcou o início da consolidação da democracia após os anos da ditadura militar. Os brasileiros entram nos anos 90 dando posse ao primeiro presidente eleito diretamente desde Jânio Quadros. Fernando Collor de Mello marcou seu governo por generalizada crise na economia, resultado de um excêntrico plano econômico, e por denúncias de corrupção, iniciada ainda na campanha eleitoral.

Em agosto de 1992, é aprovado o relatório final do senador rondoniense Amir Lando à CPI mista sobre as denúncias contra Paulo César Farias, tesoureiro da campanha do presidente. O relatório terminou por incriminar, entre outros, o próprio presidente da República. Em outubro, para se defender no processo de *impeachment*, Collor passou a Presidência ao vice, o ex-senador mineiro Itamar Franco. Collor viu seu processo ser votado no Senado em 29 de dezembro de 1992, quando renunciou, mas não se livrou da perda dos direitos políticos.

### Consulta popular e revisão da Constituição

Em 21 de abril de 1993, realizou-se plebiscito para consultar a população sobre a forma e o sistema de governo. Apesar da ausência de cerca de 30% do eleitorado, a maioria dos brasileiros decidiu manter a República presidencialista, já anteriormente definida pela Constituição.

Em outubro foi iniciada a re-

visão constitucional, determinada pela Carta Magna de 1988. O Congresso Nacional trabalhou então como Constituinte revisora, Parlamento e investigador, pois na mesma época estouraram denúncias que resultaram na CPI Mista do Orçamento.

Entre as mudanças feitas na revisão constitucional estão a ampliação do rol de inelegibilidades; a redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos; e a suspensão dos efeitos da renúncia do parlamentar submetido a processo de perda de mandato.

### CPIs marcam os governos FHC e Lula

Em outubro de 1993, denúncias relativas à elaboração do Orçamento da União levam à criação da CPI Mista do Orçamento, que, ao final, denunciou ministros, parlamentares e altos funcionários em envolvimento num grande esquema de manipulação de verbas públicas.

Em 1999, no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, duas outras grandes CPIs são instaladas: uma para investigar denúncias contra o Poder Judiciário (CPI do Judiciário) e outra para apurar suspeitas de irregularidades no sistema financeiro (CPI Mista dos Bancos).

Já o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva viu a instalação de três CPIs, após denúncias de compra de votos de parlamentares: a CPI dos Bingos e as CPIs mistas dos Correios e do Mensalão.

### HISTÓRIA BRASILEIRA - CRONOLOGIA 1989-1999

15/3/1990	Posse de Fernando Collor de Mello como presidente
16/3/1990	Após três dias de feriado bancário, Collor impõe à nação um plano econômico que incluía o confisco da poupança dos brasileiros
26/5/1992	Instalada CPI mista para investigar o "caso PC"
24/8/1992	Relatório final da CPI é lido pelo senador Amir Lando: incrimina, entre outros, Paulo César Farias e o presidente Collor
2/10/1992	Afastamento do presidente para responder a processo de <i>impeachment</i> ; assume o ex-senador Itamar Franco, vice-presidente
29/12/1992	Durante o julgamento do <i>impeachment</i> no Senado, Collor renuncia
21/4/1993	Plebiscito confirma o Brasil como República presidencialista
6/10/1993	Início da revisão constitucional
20/10/1993	Instalada CPI mista para investigar irregularidades no Orçamento
21/1/1994	Relatório final da CPI do Orçamento incrimina vários políticos
1º/7/1994	Implantado o Plano Real
1º/1/1995	Fernando Henrique Cardoso toma posse em seu primeiro mandato
1º/1/1999	Reeleito, Fernando Henrique Cardoso é empossado em seu segundo mandato
30/3/1999	Instalada CPI no Senado para investigar denúncias de corrupção no Judiciário
14/4/1999	Instalada CPI mista para investigar o sistema financeiro (CPI dos Bancos)
24/11/1999	Aprovado o relatório da CPI dos Bancos, pedindo que o Ministério Público investigue o Banco Central



## Voz do Leitor

## ELEIÇÕES

“Sugiro que se mude a data das eleições para um feriado, como 15 de novembro, e que a data para a posse não seja no primeiro dia do ano, pois é uma data comemorativa.”

**Anapolino Wanderley de Carvalho, de Nerópolis (GO)**

## LEI DE GERSON

“Já que o Senado está ferindo de morte a corrupção no Brasil, não seria de bom alvitre que se tivesse coragem de fazer moção de repúdio no Congresso quanto à Lei de Gerson, cuja máxima é 'o importante é levar vantagem'?”

**Walter Mateus Filho, de São Francisco de Itabapoana (RJ)**

## ESPERANÇA

“O que nos resta diante das batalhas e do sofrimento que nos são apresentados nessa vida? Para o povo brasileiro, resta a esperança de dias melhores e a certeza de que somente aqueles que conhecem a realidade são flexíveis aos problemas sociais.”

**Paulo Sérgio Santos, de Pentecoste (CE)**

## MÉDICOS

“Sugiro que se apresente um projeto de lei que vise incentivar a mudança de médicos para o interior dos estados, regiões que têm maior carência de médicos especializados.”

**Cremildo de Almeida Melo Júnior, de Iúna (ES)**

## PIZZA

“O Congresso precisa punir os parlamentares que estão envolvidos no caso do mensalão. É necessário que o

Congresso mostre a credibilidade que possui.”

**Saulo Francisco da Silva, de Caicó (RN)**

## LULA

“Lula vai ser lembrado como um presidente que destruiu o Brasil e que desdenha seu povo. Nosso território é reconhecidamente privilegiado, o que é reconhecido inclusive por outros países, como os Estados Unidos. Ele está entregando nosso território para os estrangeiros.”

**Guido Chiniara Batuta, de Valinhos (SP)**

## O BRASIL MELHOROU

“O Brasil mudou para melhor na última década, basta ver os indicadores da economia brasileira: o investimento cresceu rapidamente e a inflação está sob controle. O resultado é a maior retomada do emprego desde 1992.”

**Jailson Moura da Silva, de Surubim (PE)**

## TV DIGITAL

“Como cidadão brasileiro, registro minha preferência pelo padrão japonês de transmissão para a TV digital. Solicito aos senhores senadores que briguem pela implantação do referido sistema, pois é o mais adequado ao Brasil.”

**Paulo César Correia Alves, de São Paulo (SP)**

## ALAGOAS

“Gostaria que os deputados do estado de Alagoas fizessem algo mais pelos pobres, pois os senadores vêm dando bons exemplos e mostrando a eles como se faz uma política justa, digna e necessária.”

**Cledivan de Oliveira Lima, de Girau do Ponciano (AL)**

*Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).*

## Pergunte ao Senador

## POLÍTICAS SOCIAIS

**Wilson Colares da Costa, de Teófilo Otoni (MG)**

“Senador Eduardo Suplicy, as atuais políticas sociais do governo federal são suficientes para garantir renda à população brasileira? O que o senhor propõe para uma justa distribuição de renda no Brasil?”

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) responde:

Caro Wilson, para se construir uma nação justa, é importante a utilização de diversos instrumentos de política econômica que sejam consistentes com o funcionamento adequado da economia, mas que, ao mesmo tempo, levem em consideração valores como a busca da justiça, da liberdade, da igualdade, da solidariedade e da fraternidade. Entre esses instrumentos estão a reforma agrária, tendo em vista que a estrutura fundiária brasileira é das mais desiguais do mundo. Destaca-se também a expansão das oportunidades de educação, atendimento à saúde, microcrédito, crédito para a agricultura familiar, estímulo às formas cooperativas e, ainda, a instituição de um instrumento que é a garantia de uma renda para toda e qualquer pessoa, não importando sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo socioeconômica. Já foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República, em 2004, a lei que estabeleceu a renda básica de cidadania, que é justamente o direito de toda pessoa receber uma renda suficiente para atender às suas necessidades vitais. O programa Bolsa-Família também pode ser visto como um passo na direção da renda básica de cidadania. Iniciado em outubro de 2003, o programa nessa época beneficiava 3 milhões de famílias, e atualmente são atendidas 8 milhões de famílias. Em meados de 2006, serão 11 milhões de famílias, representando em torno de um quarto da população brasileira. Trata-se ainda de um benefício modesto, mas isso pode ser considerado como um passo na direção de termos em breve o direito universal de todos os brasileiros de receberem uma renda básica como direito à cidadania.



## PROGRAMA FOME ZERO

**Deusilene Carneiro Silva, de Parnarama (MA)**

“Senador Edison Lobão, por que as pessoas que realmente necessitam não têm acesso ao programa Fome Zero?”

O senador Edison Lobão (PFL-MA) responde:

Cara Deusilene, você não deixa de ter razão. É lamentável o fato de que pessoas necessitadas em nosso país, e em especial em Parnarama, no nosso estado do Maranhão, onde você se encontra, não estejam sendo atendidas pelo programa Fome Zero. É lamentável que esse programa não tenha chegado até aí. Você se recorda que, quando eu era governador, eu estava sempre presente nos programas sociais do governo, que eram muitas vezes geridos pelo Exército, fiscalizando a aplicação dos recursos para que as pessoas realmente necessitadas não deixassem de receber o benefício? Hoje, parece que é diferente, mas vamos cobrar das autoridades aqui em Brasília para que o Fome Zero atenda ao município de Parnarama.



## Frases

“No atual contexto político-eleitoral, a denúncia é dura e de peso significativo”

**Ideli Salvatti**, sobre a denúncia do procurador-geral da República, que acusa o PT de formar “organização criminosa”.

“É uma demonstração de que as instituições estão funcionando”

**Márcio Thomaz Bastos**, afirmando que a denúncia feita pelo procurador não é condenação, mas o início de uma ação penal.

“Delcídio Amaral salvou a honra do Congresso ao não aceitar a intenção dos petistas”

**Pedro Simon**, ao comentar o trabalho do presidente da CPI Mista dos Correios.

“Ouço falar em fogo amigo, mas não conheço muito disso, não sou especialista nessa matéria. Não sei se o fogo arde, se é fogo mesmo. Se pode ser chamado assim e muito menos se é amigo”

**Renan Calheiros**, sobre a convocação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pela Câmara, depois de acertado que ele falaria no Senado.

“Tenho pregado a favor da tríplice aliança. Nossa prioridade é derrotar o presidente Lula”

**Jorge Bornhausen**, sinalizando que o PFL quer ampliar a coligação que vai disputar a eleição presidencial.

“Serra é um candidato trampolim que se agarra a qualquer oportunidade eleitoral”

**Aloizio Mercadante**, ao comentar a liderança de José Serra nas pesquisas para o governo de São Paulo.

“O crescimento econômico deve vir junto ao manejo de uma agenda positiva social poderosa, que mude as condições sociais, em especial das famílias mais pobres”

**Michelle Bachelet**, presidenta do Chile, que foi homenageada pelo Congresso Nacional.

“Eles terão que passar pelos mesmos vexames que os brasileiros passam lá”

**Antonio Carlos Magalhães**, que criticou o tratamento dado aos brasileiros que viajam para os EUA e defendeu reciprocidade.

## Foto da Semana

Diante da enorme pilha de papel que forma o projeto do Orçamento Geral da União para 2006, que deve ser votado nesta terça-feira, o deputado Gilmar Machado (PT-MG) tem a exata noção do desafio que o aguarda como novo presidente da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Ele foi escolhido para substituir o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM)



JOSE CRUZ



# Salário mínimo em debate na rádio

Criada em dezembro do ano passado, a Comissão Especial Mista do Salário Mínimo já promoveu dez audiências públicas com o objetivo de debater uma política para o mínimo. O colegiado, formado por deputados e senadores, estuda a implementação permanente de reajustes para o salário mínimo.

A comissão já ouviu representantes dos trabalhadores, de aposentados e pensionistas, dos patrões e do governo federal. Agora, na próxima fase de audiências, serão ouvidos, nas cinco regiões do país, entidades regionais e representantes das prefeituras e governos estaduais, como ocorreu em Curitiba, na última semana. O assunto será debatido no programa *Conexão Senado*, que vai ao ar nesta segunda-feira, a partir das 12h.

## A obra do cantor e compositor Toquinho

Já o programa *Escala Brasileira*, que começa às 20h de sábado, apresenta um especial sobre o cantor e compositor Toquinho. Sua história é contada desde o tempo de estudante de violão clássico e popular até as parcerias que o consagraram, especialmente com Vinicius de Moraes. O especial também fala da carreira de sucesso de Toquinho no Brasil e no exterior.

Entre as canções que o programa apresentará estão *A água negra da lagoa*, *A tonga da mironga do kabuletê*, *Ao que vai chegar*, *Aquarela*, *Asa branca*, *Carinhoso* e *Bom tempo*.

Mais informações sobre a programação da Rádio Senado podem ser obtidas em [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).



História de Toquinho vai ser mostrada no *Escala Brasileira*, com suas canções de sucesso

## Rádio Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

### TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

### QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

### QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

### SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

### SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

### DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

## Como sintonizar

**FM**  
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

### ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

### INTERNET

No endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio), por meio do Real Player ou Windows Media Player

### ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

## TV Senado

### SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil

- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

### SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais

- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

### SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

### DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias

## Como sintonizar

### TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

### TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

### ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?



## RESENHA

## O “príncipe dos nossos biógrafos”, Luiz Viana Filho

ALEXANDRE GUIMARÃES

Em 1908, Luiz Viana Filho, professor, jornalista, político, biógrafo, historiador e ensaísta, nasceu em Paris. Anos mais tarde foi finalmente registrado soteropolitano.

Ao entrar na Faculdade de Direito, em 1925, Viana Filho iniciou-se no jornalismo. Jornalista apaixonado, escreveu até o fim de sua vida para vários órgãos da imprensa.

Entrou para a política como deputado federal eleito em 1934, mandato que exerceu até a dissolução do Parlamento em 1937. Constituinte em 1946, exerceu, desde então, vários mandatos como deputado federal até 1967, quando foi eleito governador da Bahia. Em 1974, foi eleito senador, ocupando a presidência da Casa entre 1978 e 1980.

Para tornar viva a memória desse importante político brasileiro, foi editada *A Vida de Luiz Viana Filho*, volume 58 das Edições do Senado Federal, de autoria do pesquisador João Justiniano da Fonseca.

Luiz Viana Filho tornou-se um dos biógrafos de maior destaque no país, compondo obras sobre as vidas de Rui Barbosa,

Joaquim Nabuco, Barão do Rio Branco, Machado de Assis, José de Alencar e Eça de Queirós. Alceu Amoroso Lima terminou por chamá-lo “príncipe dos nossos biógrafos”. Como historiador, lançou livros sobre a Sabinada, a escravidão na Bahia e o governo Castelo Branco.

Em virtude do significativo valor de seus trabalhos, foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1954, ocupando a cadeira 22. Era ainda membro do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia; da Academia de Letras da Bahia; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; da Academia Internacional de Cultura Portuguesa da Academia das Ciências de Lisboa; e da Academia da História de Portugal.

Luiz Viana Filho, no ano da comemoração do centenário da morte de Castro Alves (1971), promoveu a reconstrução da casa onde nasceu o poeta, na Fazenda Cabaceiras, município de Buriti, Bahia.

Faleceu no exercício de seu segundo mandato como senador em 1990. A biografia do “príncipe dos biógrafos”, lançada em 2005, é um livro bem escrito, que retrata de modo acurado o intelectual baiano.



Luiz Viana Filho

CÉLIO AZEVEDO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *A Vida de Luiz Viana Filho*, volume 58 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail [livros@senado.gov.br](mailto:livros@senado.gov.br) ou pelo telefone (61) 3311-4755.

## SENADO

## Estudantes elogiam iniciativa do Interlegis

As iniciativas em educação do Interlegis chamaram a atenção dos alunos de pós-graduação em Desenvolvimento e Gestão da Educação Profissional, uma parceria da Universidade de Brasília e do Senac. Na última terça-feira, um grupo da pós-graduação visitou a sede do Interlegis para conhecer os cursos a distância e presenciais oferecidos pelo instituto, que busca a qualificação dos legislativos nas esferas federal, estadual e municipal.

A idéia de conhecer o Interlegis, de acordo com a gerente da Divisão de Educação Profissional do Senac/DF, Tomasina Canabrava, foi motivada pela atuação estratégica e pelos resultados do programa, que têm ganhado destaque no cenário nacional. A gerente disse ainda que considera o Interlegis uma instituição

modelo em educação, principalmente no que tange à educação a distância.

Os estudantes foram recebidos pela coordenadora de Educação do Interlegis, Eleida Ribas Dutra, que explicou a eles o processo e a metodologia do ensino a distância do Interlegis. O administrador do programa *Saberes*, Álvaro dos Anjos, também apresentou o curso sobre o Estatuto da Cidade, que está sendo realizado atualmente.

Ele detalhou aos estudantes todos os passos do desenvolvimento e da implementação de cada curso.

Os cursos a distância do Interlegis já beneficiaram quase 10 mil alunos do Poder Legislativo e da comunidade, em cerca de

1.800 municípios brasileiros. Os cursos oferecidos são: O Papel do Vereador, Lei de Responsabilidade Fiscal, Orçamento Público, Busca da Qualidade e Fundamentos de Ensino a Distância.

Além da modalidade de cursos a distância, o Interlegis também oferece cursos presenciais. No primeiro semestre de 2005, foram treinados 2.652 alunos do Poder Legislativo em seminários e cursos como Linux, Técnica Legislativa, Processo Legislativo, Qualidade, ministrados em Mato Grosso do Sul, Rondônia, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal. A expectativa é que em 2006 sejam abertas duas novas turmas de cursos presenciais: Ética e Marketing Político.

**Cursos presenciais e a distância beneficiaram quase 10 mil**

## Senador anuncia ampliação da TV Senado

A partir deste ano, a TV Senado passará a ser transmitida em sinal aberto em 12 capitais, ampliando seu alcance no país. O anúncio foi feito na última terça-feira pelo senador Augusto Botelho (PDT-RR), durante discurso em Plenário.

Ele destacou que o Ministério das Comunicações confirmou a implantação de 12 canais retransmissores abertos em Belém, Boa Vista, Cuiabá, Fortaleza, Goiânia, João Pessoa, Maceió, Manaus, Natal, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Em Brasília, a TV Senado já opera por meio

de sinal aberto em UHF.

Segundo Augusto Botelho, “trata-se de um passo decisivo para que, nos próximos anos, outras unidades da Federação recebam a cobertura da TV Senado, facultando a um maior número de cidadãos o acompanhamento diário dos trabalhos da Casa”.

O senador ressaltou ainda que, além da cobertura de atividades legislativas, a emissora apresenta programas sobre música erudita e popular, literatura e “inúmeros outros temas que em geral não despertam a atenção das redes comerciais de televisão”.

Ao comemorar em fevereiro seus primeiros dez anos, a TV Senado lançou novos programas, entre eles *Ecosenado*, que destaca a cidadania em defesa do meio ambiente; o *Senado Agora*, boletins diários com informações ao vivo de manhã e depois das comissões e Plenário; *Aconteceu no Senado*, registro de fatos, visitas, debates e votações importantes, *Senado Informa* e *Entrevista*, feito diariamente com os senadores.

A TV Senado é dirigida por James Gama e a diretora-adjunta é Júnia Melo.

## Conheça o Senado

## Questões sociais garantidas desde 1935

Ignoradas até a Primeira República, as questões sociais começaram a ganhar proporções visíveis a partir da Era Vargas (1930-1945). No Senado, o Regimento Interno, aprovado em 1935, dividiu inicialmente o tema social em três comissões permanentes: Educação, Cultura e Saúde Pública; Diplomacia e Legislação Social; e Viação, Obras Públicas, Agricultura, Trabalho, Indústria e Comércio.

Muitas outras alterações foram realizadas, até que, em 1988, com a adaptação do regimento às disposições da Constituição,

foi criada a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O colegiado trata em especial de questões relativas a relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões, seguridade, previdência e assistência social, e população indígena, além dos temas referentes à saúde.

Composta por 21 senadores titulares e igual número de suplentes, a comissão, presidida pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), com a vice-presidência de Patrícia Saboya

(PSB-CE), realiza audiências públicas para discutir temas polêmicos e que afetam diretamente a grande massa da população brasileira.

No ano passado, por exemplo, a área de saúde – que representa um dos maiores gargalos sociais no país – recebeu especial atenção. Problemas gerais do setor, como a crise de abastecimento de medicamentos contra a Aids, o caos nos hospitais do Rio de Janeiro, a intoxicação dos agentes de saúde no controle de vetores, entre outras situações emergenciais, movimentaram os



JOSE CRUZ

Os senadores Antônio Carlos Valadares (C) e Patrícia Saboya comandaram em 2005 uma série de audiências públicas na CAS

debates entre senadores membros da comissão.

Na CAS funcionam ainda três subcomissões: Trabalho e Pre-

vidência; Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde; e Assuntos Sociais da Pessoa com Deficiência.

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros  
1º Vice-Presidente: Tião Viana  
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros  
1º Secretário: Efraim Morais  
2º Secretário: João Alberto Souza  
3º Secretário: Paulo Octávio  
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos  
Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

## JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Edição: Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.

Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes e Rita Avellino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima  
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332  
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

## Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
Chefia de reportagem: Sílvia Gomide e

Davi Emerich (61) 3311-1670  
Edição: Rita Nardelli e Flávio Mattos (61) 3311-1151

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137  
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



# Diplomacia apóia cidadão no mundo globalizado

A partir da metade do século passado, com o aumento acelerado do comércio entre os países e a evolução das comunicações e dos meios de transporte, cresceu a integração entre as nações. Com a chamada globalização, as economias passaram a estar muito interligadas e, no caso brasileiro, resultou em emigração em larga escala. Hoje, há cerca de 1,5 milhão de brasileiros vivendo no exterior, aos quais se somam cerca de 3,5 milhões que viajam todos os anos para fora do país.

Diante dessa realidade, a diplomacia adquiriu importância ainda maior. O Ministério das Relações Exteriores (ou Itamaraty) é o órgão do governo encarregado de auxiliar o presidente da República a definir e executar a política externa (objetivos e estratégias do país no relacionamento com os demais países) e de manter relações com os governos estrangeiros e os organismos internacionais.

Cabe ao Itamaraty trabalhar para que os acordos internacionais, em especial os comerciais, possam colaborar para o crescimento do país, e proteger e dar assistência ao cidadão brasileiro no exterior, além de promover a cultura e os produtos nacionais no estrangeiro. Para representar o governo junto aos demais países e desempenhar suas funções, o Itamaraty conta com 99 embaixadas, 54 consulados e vice-consulados, além de dez missões, delegações e escritórios.

O diplomata é o servidor que deve facilitar a comunicação entre as nações. Deve integrar-se, participar, ouvir e estudar muito para conhecer bem os interesses, os valores e a cultura do país que representa e daquele em que reside e trabalha. A vontade e a capacidade de aprender diversos temas são muito importantes, uma vez que precisará tratar de assuntos políticos, econômicos, comerciais, científicos, tecnológicos, culturais e administrativos, entre outros.

## Propostas em tramitação

**PEC 8/01** - De iniciativa do senador Osmar Dias (PDT-PR), altera a Constituição para incluir chefes de missões diplomáticas de caráter transitório entre as autoridades cuja escolha seja aprovada previamente pelo Senado.

**PLS 55/05** - Proposto pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências.

**PLC 17/06** - Trata da remuneração dos integrantes das carreiras de diplomata, oficial de chancelaria e assistente de chancelaria, além de outras providências.

## Informações

Ministério das Relações Exteriores  
(61) 3411-6161  
[www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br)

Palácio do Itamaraty - Esplanada dos Ministérios - Bloco H  
Brasília (DF) CEP 70170-900

Instituto de Ensino e Pesquisa Rio Branco  
(61) 3325-7000  
Setor de Administração Federal Sul - Quadra 5, Lotes 2/3  
Brasília (DF) CEP 70170-900  
[www.institutoriobranco.net](http://www.institutoriobranco.net)

Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal  
(61) 3311-3496  
[www.senado.gov.br/sf/atividade/Comissoes/consComPerm.asp?com=54](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Comissoes/consComPerm.asp?com=54)

## Embaixadas representam o Brasil no exterior

Cada embaixada, consulado ou vice-consulado pode agir num determinado território, a chamada jurisdição consular, definida pelo Itamaraty e aceita pelo país no qual está o serviço diplomático. Nessa jurisdição, a autoridade consular é o agente do governo brasileiro perante as autoridades locais e a comunidade de brasileiros que aí residem, a quem deve proteger e auxiliar. Veja os deveres da autoridade consular.

- ▶ Zelar para que os brasileiros não sofram qualquer discriminação pela sua condição de estrangeiro ou de brasileiro.
- ▶ Prestar toda a assistência e proteção possíveis, estando o cidadão em situação regular ou irregular perante as leis locais.
- ▶ Em caso de desastres, catástrofes naturais ou outras emergências, procurar saber se há brasileiros feridos, desabrigados ou mortos.
- ▶ Prestar assistência aos brasileiros envolvidos em processos criminais e assegurar a eles, na medida do possível, o acesso aos serviços consulares.
- ▶ Instituir o Conselho de Cidadãos, para aconselhamento e auxílio aos brasileiros residentes no exterior.
- ▶ Auxiliar o cidadão doente ou sem recursos na volta ao Brasil (repatriação).
- ▶ Expedir atestado de óbito de brasileiro falecido no exterior e ajudar a família no que for possível.
- ▶ Celebrar casamento entre brasileiros.
- ▶ Expedir certidão de nascimento de brasileiro nascido



Representante das Nações Unidas, Carlos Lopes, e Celso Amorim (E), ministro das Relações Exteriores, hasteiam bandeira da ONU

- no exterior e documentos como procurações e relativos a procedimentos como emancipação, sociedade, hipoteca.
- ▶ Alistar os brasileiros entre 18 e 45 anos de idade no serviço militar.
- ▶ Alistar e recadastrar os eleitores brasileiros, e promover a votação.
- ▶ Receber a declaração de rendi-

mentos dos brasileiros.

- ▶ Conceder vistos nos passaportes de estrangeiros para viagem ao Brasil.
- ▶ Expedir passaporte ou autorização de retorno ao Brasil para brasileiros.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores - Manual de Serviço Consular e Jurídico - [www2.mre.gov.br/dac/ManualDCJO.htm](http://www2.mre.gov.br/dac/ManualDCJO.htm)

## Carreira envolve riscos e exige adaptação

O diplomata deve ser capaz de adaptar-se a diferentes condições de vida, já que poderá viver em países em situação de instabilidade política, social ou econômica, com riscos para a saúde ou a segurança. Outras vezes, ele próprio torna-se alvo de ações violentas com fins políticos. Por determinação legal, o serviço diplomático brasileiro procura designar o funcionário para servir alternadamente em países onde as condições de vida são melhores e em lugares de condições de vida difíceis. Para ser diplomata é preciso ser brasileiro nato, ter mais de 18 anos, estar em dia com as obrigações eleitorais e militares e ter curso superior completo. A única maneira de ingressar na carreira é por meio do concurso público realizado todo ano pelo Instituto Rio Branco, órgão do Ministério das Relações Exteriores. O concurso, muito disputado, é feito em três etapas e tem provas de Português, História do Brasil, História Mundial, Geografia, Inglês, Francês ou Espanhol, Geografia, Política Internacional, Noções de Direito, Direito Internacional Público e Noções de Economia. O candidato aprovado entra para a carreira diplomática como terceiro-secretário, com salário inicial de R\$ 4.615,53.

## Emergência no exterior? Procure o consulado

É direito do cidadão procurar o consulado ou a embaixada do Brasil e pedir ajuda. Todos dispõem de plantão 24 horas para estes e outros casos.

- ▶ Em caso de passaporte e outros documentos roubados, informe a polícia local e solicite um boletim de ocorrência. Somente com esse documento um novo passaporte poderá ser solicitado à autoridade consular brasileira.
- ▶ Em situações inesperadas, como desastres, catástrofes naturais, atentados ou conflitos armados, procure imediatamente a embaixada ou consulado para solicitar orientação.

- ▶ Em caso de grave problema de saúde, consulte a autoridade consular sobre a existência de clínicas ou hospitais gratuitos ou sobre quais serviços procurar.
- ▶ Informe imediatamente à autoridade consular o falecimento de brasileiro, para que sejam providenciados os documentos necessários.
- ▶ Em caso de furto, roubo, seqüestro e outras questões de polícia, peça à autoridade consular que acompanhe as investigações.

Em caso de prisão, solicite que a autoridade local entre em contato com a autoridade consular brasileira para ajudá-lo a providenciar a assistência jurídica e, se desejar, informar a seus familiares no Brasil sobre sua situação.

Se não houver serviço diplomático brasileiro na localidade, procure as representações da Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia ou Chile, que poderão ajudar em razão de um acordo de cooperação firmado entre esses países e o Brasil.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores - [www.mre.gov.br](http://www.mre.gov.br)

## Trabalhar ilegalmente dá cadeia e deportação

As leis de cada país determinam em que condições um estrangeiro pode trabalhar. O imigrante que exerce alguma atividade sem estar cumprindo essas exigências comete crime e pode ser preso a qualquer momento. Alguns países possuem prisões específicas para os ilegais, mas em outros o imigrante pode ficar preso junto com criminosos comuns.

Em geral, a pena para um trabalhador ilegal é a deportação para o seu país de origem. Só que a volta para casa não é imediata. Deve-se enfrentar primeiro um processo judicial. Depois, esperar que o governo local compre a

passagem de volta. Há casos em que o deportado aguarda vários meses preso antes de ser mandado de volta ao Brasil e a autoridade consular brasileira não pode interferir no processo.

O trabalhador estrangeiro ilegal fica totalmente desamparado com relação a direitos trabalhistas e previdenciários e está à mercê de indivíduos e empresas que o exploram por não dispor de meios legais para se defender.

Antes de emigrar, procure a

embaixada ou consulado do país para onde deseja ir para saber todos os detalhes sobre as exigências e documentos necessários para poder trabalhar legalmente lá.

